

Contribuições da pesquisa agropecuária pública para as Indicações Geográficas: estudo de caso do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA)

Thomaz Fronzaglia¹
Sergio Luiz Monteiro Salles Filho²
Emmanuel Raynaud³

RESUMO

A Indicação Geográfica (IG) é uma forma de proteger o uso do nome geográfico de origem de bens diferenciados. Sua evolução institucional e disseminação no mundo teve a França como protagonista. Esse é um tipo de inovação organizacional, de mercado e institucional, de natureza distinta daquela que geralmente envolve a pesquisa agropecuária pública. O objetivo deste trabalho é analisar como a pesquisa agropecuária, na França, vem interagindo com as IGs. O estudo de caso do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) analisa sua interação com a evolução das IGs (AOC e IGP) na França e em seus rebatimentos internacionais. Procedeu-se a análises dos projetos executados, das parcerias e da produção de CT&I gerada pelo instituto no tema. Distinguiram-se as contribuições do INRA em diferentes domínios institucionais relevantes para o desenvolvimento das IGs. A análise baseada em dados secundários identifica a evolução e o tipo de conhecimentos gerados pela pesquisa agropecuária que contribuem aos fatores de desempenho dos domínios institucionais relacionados às IGs. Os resultados mostram interações do INRA com diversos processos de evolução dos domínios institucionais, revelando o papel da pesquisa agropecuária pública no processo de inovação organizacional relacionado aos sinais de qualidade de bens territoriais.

Termos para indexação: certificação, inovação institucional, inovação mercadológica, inovação organizacional, produto de origem, sistema de inovação agropecuário.

Ideias centrais

- Inovação organizacional, institucional e de mercado na agricultura
- Consolidação do sistema público de pesquisa agropecuária francês
- Evolução dos domínios institucionais da Indicação Geográfica
- Contribuições da pesquisa agropecuária pública ao desenvolvimento da Indicação Geográfica

Public agricultural research contributions to Geographical Indications: case study of the Institut National de la Recherche Agronomique (INRA)

ABSTRACT

The Geographical Indication (GI) is legal protection of the exclusive use of geographical names of origin of differentiated products. GI's institutional evolution and its spread in the world had France as the protagonist. This is an organizational, market and institutional innovation of a distinct nature from the one often involving public agricultural research. The objective of this work was to analyze how agricultural research in France has been interacting with GIs. The case study of the Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) analyzes its interaction with the evolution of GIs (AOC and PGI) in France and

Recebido em
04/11/2018

Aprovado em
17/12/2018

Publicado em
11/04/2019



This article is published in Open Access under the Creative Commons Attribution licence, which allows use, distribution, and reproduction in any medium, without restrictions, as long as the original work is correctly cited.

¹ Engenheiro-agrônomo, doutor em Política Científica e Tecnológica, analista da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Embrapa, Brasília, DF. thomaz.fronzaglia@embrapa.br

² Engenheiro-agrônomo, doutor em Economia, professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (DPCT/IG/Unicamp), Campinas, SP. sallesfi@ige.unicamp.br

³ Economista, doutor em Economia, pesquisador do Département Sciences pour l'Action et le Développement do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA-SAD), UMR SADAPT (Agroparistech-INRA), membro do Centre d'Economie de la Sorbonne (Université Paris I), Paris, França. emmanuel.raynaud@agroparistech.inra.fr

its international repercussions. The study analyzed the projects executed, the partnerships and the production of ST&I generated by the institution in the GI theme. The contributions of INRA in different institutional domains relevant to the development of GIs stood out. The analysis is based on secondary data and identifies the evolution and the type of knowledge generated by the agricultural research that contribute to the performance factors of the institutional domains related to the GIs. Results show INRA's interactions with several processes of evolution of the institutional domains, revealing the role of public agricultural research in the process of organizational innovation related to signs of quality of territorial goods.

Index terms: certification, institutional innovation, market innovation, organizational innovation, origin product, agricultural innovation system.

INTRODUÇÃO

O debate da política de inovação para a agricultura discute formas de inserção da pesquisa agropecuária em estratégias de desenvolvimento rural sustentável, num contexto em que abordagens territoriais têm sido cada vez mais discutidas, tendo em vista o desenvolvimento local com base no uso de recursos coletivos territoriais. As estratégias de desenvolvimento endógeno visam inovar, criando valor aos bens territoriais em dinâmicas coletivas de diferenciação. Em geral, buscam mercados alternativos como o de proximidade (circuitos curtos de comercialização) e dos nichos que consomem produtos diferenciados, e as certificações, estratégias nas quais o valor adicionado tende a dissipar-se no processo competitivo na ausência de um mecanismo de captura do valor.

A Indicação Geográfica (IG), por sua vez, é territorialmente circunscrita de forma que limita a oferta, e privilegia a competição por aspectos qualitativos, o que reforça a reputação territorial, protegida pelo reconhecimento como propriedade intelectual que confere um mecanismo de exclusividade, possibilitando a apropriação de valor. Entretanto, para a competitividade da IG, elementos complementares ajudam a criar e manter valor, como mecanismos eficazes de identidade, governança e suporte público. Isso é observado na evolução da IG, em que a coordenação, a ação coletiva e a ação pública tiveram papel essencial em todas as fases de desenvolvimento, o que será descrito nesse trabalho.

A União Europeia tem mais de 4.800 produtos de origem registrados nos países membros e promoveu as IGs na política da qualidade na UE, por meio da criação de regulamentos europeus para DOP-IGP (União Européia, 1992a, 1992b, 2006a, 2006b, 2007, 2012) relativos a produtos agrícolas e alimentares, vinhos e políticas públicas, viabilizando o apoio da Política Agrícola Comum (PAC), pois a importância econômica da IG é crescente, com diversas externalidades positivas. Na França, em 2016, somente os produtos vitícolas (vinhos, cidras e brandies) somam 361 Apelações de Origem Controlada (AOC), participando de 69% do volume de negócios (19,1 bilhões de euros). Os produtos com Apelação de Origem Protegida (AOP)⁴ consistem em 45 produtos agroalimentares de diversas categorias, como óleo de oliva, frutas, legumes e embutidos e 50 produtos de laticínios (2,1 bilhão de euros), que participaram com 10,5% (226 mil toneladas) do mercado francês de queijo. As Indicações Geográficas Protegidas (IGP)⁵ somam 137 em produtos agroalimentares e 76 na vitivinicultura e cidras. Ou seja, este mercado representa mais de 20 bilhões de euros (INAO, 2018a, 2018b, 2018c). Essa importância alcançada contrasta com o caso do Brasil, por exemplo – no Brasil esse instrumento foi introduzido no âmbito legal somente após o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC) na Organização Mundial do Comércio (OMC), com a Lei de Propriedade Industrial de 1996, mas conta com apenas 50 Indicações de Procedência (IP) e 11 Denominações de Origem brasileiras reconhecidas até outubro de 2018 (INPI, 2018), e com muito pouca visibilidade comercial.

⁴ AOP equivale à Denominação de Origem Protegida (DOP) da UE e à Denominação de Origem (DO) do Brasil, e na França os vinhos continuam a utilizar o termo AOC.

⁵ IGP equivale à Indicação de Procedência (IP) do Brasil.

A inserção da IG na política de qualidade agroalimentar e de desenvolvimento territorial tem sido de interesse para os países⁶ em desenvolvimento como a China, que em 2011 havia alcançado 1.343 registros de IG chinesas. Esse processo ocorre em meio às discussões sobre os significados contidos nas regras acordadas nas negociações internacionais, os mecanismos de controle e apoio interno e suas justificativas, com implicações em todos os sistemas agrícolas do mundo.

Esta evolução decorre de processos de inovação institucional, essência desse tipo de instrumento oficial de reconhecimento e proteção. É, portanto, um tipo de inovação de natureza bastante distinta daquela que tradicionalmente envolveu a pesquisa agropecuária. Logo, esse tipo de inovação abarca competências distintas daquelas que a pesquisa agropecuária vem tradicionalmente trabalhando.

Nesse contexto, faz-se necessário identificar, compreender e promover papéis e funções da pesquisa agropecuária no processo de inovação fundado na criação e uso de sinais de qualidade na produção agrícola, especialmente aqueles sinais que se baseiam em elementos territoriais.

Esse fenômeno competitivo vem sendo evidenciado por meio da pesquisa dos fatores de desempenho das IGs em várias dimensões. O desempenho competitivo das IGs (Barjolle & Sylvander, 2002; Barjolle et al., 1998, 2000) foi estudado por meio dos fatores como: especificidade do produto (Teil, 2010), efetividade da coordenação (Chappuis & Sans, 2000; Raynaud & Sauvée, 2000; Fernández-Barcala et al., 2017; Raynaud et al., 2009; Réviron & Chappuis, 2011), suporte público (Barjolle et al., 2011), e atratividade do mercado (Teuber, 2010). Os aspectos distributivos e outras dimensões do impacto no desenvolvimento local também são tratados, incluindo a questão ambiental (Barjolle et al., 2009; Belletti et al., 2011; Bramley, 2011; Mello et al., 2014) e da conservação do patrimônio biológico e cultural (Bérard et al., 2008).

A análise da dinâmica evolutiva da agricultura e do sistema público de pesquisa agropecuária e da IG, em particular, permite discutir o papel da pesquisa agropecuária no apoio a essas iniciativas e, por consequência, em políticas de desenvolvimento territorial. Esse debate tem importância para o Brasil, pois o País conta com a diversidade de produtos típicos regionais que se beneficiariam da evolução da institucionalidade da IG, num contexto de aprimoramento das estratégias e dos instrumentos de política de propriedade intelectual, de promoção da agregação de valor e de desenvolvimento regional, com rebatimentos nas políticas de segurança alimentar e nutricional, bem como da conservação da biodiversidade.

O objetivo deste trabalho é analisar como a pesquisa agropecuária, na França, vem interagindo com as Indicações Geográficas. Para essa finalidade, realizou-se um estudo de caso do INRA na França em razão da proeminência deste tema, da relevância internacional do sistema de IG francês em termos de ambiente institucional, governança e maturidade, e também da densidade do sistema de inovação agrícola francês em termos de integração e foco no paradigma da qualidade. As unidades de análise são o tipo de contribuição do INRA e sua relação com a evolução das IGs (AOC e IGP) na França, e seus rebatimentos na UE e nas questões internacionais. Procedeu-se a análises qualitativas das informações de projetos executados, das parcerias e da produção de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) gerada pelo instituto francês. Com base nesses elementos, foi possível distinguir as contribuições do INRA para as IGs, considerando: problemas de P&D alvo dos projetos; processos de inovação que caracterizam os focos da trajetória daquela organização pública de pesquisa; colaborações com os atores do sistema de inovação agrícola; competências; e ativos complementares envolvidos na inovação.

Essa abordagem é pouco presente no debate da política científica e tecnológica para a agricultura, nos estudos sobre indicações geográficas e nos estudos sobre o *agribusiness*. A qualificação da

⁶ Estima-se haver no mundo perto de 10.300 produtos de origem registrados, ou seja, produtos com reputação do local de produção (mas nem sempre usam o nome geográfico) que movimentam, no conjunto, 50 bilhões de dólares (majoritariamente vinhos), sendo 90% destes de 30 países da OCDE, ou seja, outros 160 países desenvolveram pouco esse tipo de proteção da reputação territorial, mas há produtos mundialmente conhecidos nesses países (Giovannucci et al., 2009).

contribuição e do papel que o INRA na França ocupa no desenvolvimento das IGs na UE e no mundo veio responder às indagações:

- *Como a pesquisa agropecuária contribui e poderá contribuir à evolução adaptativa das Indicações Geográficas?*
- *Quais são as oportunidades para a pesquisa agropecuária nesse tipo de inovação?*

Essas questões serão respondidas utilizando-se tanto a conceituação teórica presente na economia institucionalista evolucionária – particularmente, aquela que se ocupa em estudar o processo endógeno de evolução das instituições – quanto análises de dados e informações relacionadas ao desenvolvimento de IG, bem como por meio da análise empírica de como organizações de pesquisa vêm lidando com esse tema.

No período recente, o debate acadêmico sobre IG está bastante diversificado. A literatura trata da preferência do consumidor (Teuber, 2010), do desenvolvimento territorial (Cerdan & Sautier, 2001; Pecqueur, 2001; Cerdan, 2009; Niederle, 2009; Bowen, 2010), das políticas públicas (Bureau & Valceschini, 2003; Allaire, 2009; Barjolle et al., 2011), da propriedade intelectual e do comércio internacional (Josling, 2006; Raustiala & Munzer, 2007), da dinâmica da inovação tecnológica local (Gollo & Pedrozo, 2006), de avaliação de impactos (Barjolle et al., 2009; Belletti et al., 2011; Torre & Wallet, 2011; Mello et al., 2014; Vandecandelaere et al., 2018), da apropriação de valor (Schmidt et al., 2014), para citar os mais comuns. Raros são os estudos relativos à atuação da função ciência, tecnologia e inovação (CT&I), como instrumento de política pública de apoio às IG – por exemplo, Dewes et al. (2013, p.113-118), levando em conta a interdisciplinaridade no processo de apoio ao reconhecimento, ou ainda, Touzard (2010), na interação com o sistema de inovação para sustentação da vantagem competitiva. Não se encontram, contudo, estudos que relacionem a pesquisa agrícola aos diversos domínios institucionais relevantes para se analisar o desempenho das IGs, sobretudo com suporte teórico da evolução das instituições.

Essa abordagem se justifica porque as IGs são inovações organizacionais, institucionais e de mercado, e estão inseridas num ecossistema institucional cuja evolução endógena ocorre por meio da mudança nos estados do conhecimento compartilhado. A dinâmica interativa entre os domínios desse ecossistema institucional condiciona o desempenho da IG. Logo, esse trabalho propõe a análise do papel da pesquisa agropecuária quanto à evolução dos domínios institucionais da IG.

Este artigo está organizado da seguinte forma. Após esta introdução, discorre-se sobre aspectos teórico-metodológicos em que se utilizam a evolução das instituições e a economia da inovação para a escolha das unidades de análise do contexto e do objeto. Em seguida, contextualiza-se a evolução do sistema de inovação agropecuário na França. Na terceira seção são descritas algumas fontes de financiamento da pesquisa em IG. Na quarta seção abordam-se a produção bibliográfica e os projetos de pesquisa do INRA tendo em vista sua relação com o processo evolutivo das IGs. Ao final, são discutidas as contribuições do INRA relacionadas aos domínios institucionais da IG e são tecidas as conclusões, sugerindo a agenda de pesquisa.

EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES: O CONCEITO DE DOMÍNIO INSTITUCIONAL APLICADO A UM CASO EMPÍRICO

O acúmulo de conhecimento, mudanças nas crenças, nos recursos e os efeitos cumulativos do processo econômico levam à evolução das instituições econômicas, num processo cumulativo⁷

⁷ Na corrente evolucionista, o agente possui racionalidade limitada e, portanto, herda hábitos para lidar com as incertezas de um ambiente complexo que evolui com discontinuidades. Essas rotinas criam o modo de pensar e agir com base nas expectativas que os indivíduos têm de si próprios e no comportamento dos demais agentes (Bowles & Gintis, 2000; Greif & Kingston, 2011; Hodgson, 2006). O equacionamento das expectativas entre os agentes gera mecanismos que tendem a reforçar seu cumprimento, muito embora não sejam deterministas.

no qual o caminho histórico tem papel fundamental na sua causação e explicação, ainda que não determine o futuro. Diversos tipos de abordagens têm sido utilizadas para discutir a evolução das instituições, considerando o ambiente econômico como um sistema de normas e regras em vários níveis sobrepostos e justapostos em diferentes níveis e domínios (Ostrom, 1990; Greif, 1994; Campbell, 2004; Aoki, 2007). Neste trabalho, consideram-se as inter-relações entre níveis e domínios institucionais e os mecanismos do processo evolutivo das instituições na dinâmica de emergência, difusão, retenção e declínio (Brousseau & Raynaud, 2011).

Este trabalho propõe que a evolução das instituições nos domínios institucionais mais relevantes para o desenvolvimento da IG pode ser analisada por meio da compreensão da relação entre tais domínios e o sistema de inovação agropecuário. Para que seja possível hibridizar a abordagem da evolução endógena das instituições com a economia da inovação, consideram-se fatores que condicionam a estratégia, a trajetória e o sucesso do processo de inovação: base de conhecimento, oportunidades, cumulatividade do conhecimento, complementaridade de ativos e regime de apropriabilidade (Malerba & Orsenigo, 1996). Adicionalmente, considera-se que a estratégia de inovação pode limitar a replicabilidade quando baseada em recursos internos e no modelo de negócio não imitáveis, bem como permite usufruir de oportunidades de nichos de mercado, gozar de exclusividade em virtude do regime de apropriabilidade, além de auferir valor adicionado por meio da proposta de valor, e ainda capturar o valor por meio de uma coordenação eficiente (Teece, 2010).

Para que seja possível integrar e aplicar as duas abordagens, possibilitando a análise de fatores inerentes à evolução das IGs e a interação deles com a pesquisa agropecuária, Fronzaglia (2015) caracterizou os domínios institucionais relevantes para o desenvolvimento das Indicações Geográficas. Neste trabalho, descrevemos a contribuição da pesquisa agropecuária para a evolução da IG nos seus diversos domínios institucionais.

Para tanto, utilizou-se o método do estudo de caso, cujo modelo conceitual considerou o contexto evolutivo da IG e do sistema de inovação agropecuário público da França, e suas relações com o tipo de contribuição da pesquisa do INRA para a evolução da IG naquele país e na UE.

As fontes de evidências são os projetos de pesquisa do INRA voltados ao tema IG em que se observam: o financiamento da C&T, o acúmulo da base de conhecimento, o tipo de contribuição da pesquisa à evolução das regras das IGs e das políticas públicas relacionadas, as competências das organizações de pesquisa envolvidas, as redes de atores, a conexão com os sistemas de inovação de outros países e instrumentos de coordenação de programas de pesquisa com redes de atores locais, visando ao desenvolvimento rural sustentável. As parcerias na produção de CT&I relacionada ao tema IG indicam a inserção do INRA no contexto internacional. Os projetos de pesquisa analisados são tratados em termos de objetivos, metodologias e resultados, considerando o contexto que motivou seu desenvolvimento, cujas evidências são encontradas nas diversas publicações geradas pelos pesquisadores nesses projetos de pesquisa.

A operacionalização da pesquisa se deu no período sanduíche do doutorado no Institute National de la Recherche Agronomique (INRA), de setembro de 2014 a março de 2015, em Paris. Nesse período, interagiu-se com pesquisadores participantes dos projetos sobre IG do INRA, lotados na unidade mista de pesquisa, UMR 1048 SAD APT (AgroParisTech-INRA)⁸, visando compreender a natureza da atuação do INRA nas dinâmicas culturais, territoriais, competitivas, regulatórias, políticas e do processo de difusão das IGs no mundo, além de obter informações sobre projetos, bases de dados e outras fontes de evidência. Em adição ao aprofundamento teórico-metodológico, foi possível obter informações de

⁸ Sediada em Paris, na França, a UMR SADAPT é uma parceria entre o INRA, por meio do Département SAD (Systèmes Agraires et Développement), com o AgroParisTech, voltada ao desenvolvimento de pesquisas em temas agrícolas complexos envolvendo dinâmicas territoriais, ligadas aos esquemas de qualidade, serviços ambientais, dinâmicas rural-urbanas, contribuindo também para interação entre a pesquisa aplicada e a universidade. O autor realizou o estágio sanduíche durante 6 meses nesta unidade de pesquisa, no grupo de pesquisa Équipe proximités, a qual vem desenvolvendo projetos visando ao desenvolvimento territorial.

projetos relacionados às IGs, consultar relatórios de projetos, publicações de resultados, documentos institucionais e a base de referências de produção de C&T (ProdINRA), relacionados à IG⁹.

A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE CT&I AGROPECUÁRIA NA FRANÇA

Para entender a trajetória do INRA no tema das IGs, é preciso entender seu processo de descentralização e regionalização ocorrido nos anos 1980. Após o processo de agrupamento, coordenação e centralização vertical que se produziu com a evolução da primeira fase do INRA no processo de modernização da agricultura francesa (1946–1982), foi feita a descentralização com representações regionais, com a política de regionalização administrativa e política da França a partir de 1982 (Sauveur, 1998)¹⁰.

Os centros de pesquisa captavam a demanda por meio dos planejamentos regionais, firmavam compromissos regionais e estabeleciam contratos. Estes eram executados por meio da articulação de redes de pesquisa nacionais, voltadas à solução de problemas locais e à proposição de redirecionamento de agendas e estruturas, estabelecendo sinergias locais com as entidades de ensino técnico, superior e profissional, de ATER, agências de desenvolvimento econômico e empresas. Em 1985 surge a Diretoria de Políticas Regionais, assegurando as relações regionais da pesquisa (principalmente com os serviços regionalizados dos ministérios) para que houvesse uma coordenação da pesquisa com caráter regionalizado. Para esse fim, o Departamento de Sistemas Agrários e Desenvolvimento (SAD) passou a coordenar projetos interdisciplinares regionais contratados pelas regiões (como, por exemplo, Languedoc-Roussillon, Loire e Rhône Alpes em 1998) e outros em cadeias regionais específicas. Como resultado, entre 1988 e 1996, o percentual de aporte regional no orçamento de custeio de pesquisa do INRA foi de aproximadamente 10%, proveniente em 75% de fundos regionais, e o restante de fundos da UE e nacionais¹¹ (Sauveur, 1998).

A política de CT&I francesa é formulada e implementada pelo Ministério de Educação Superior e Pesquisa em colaboração com o Ministério da Alimentação, Agricultura e Pesca (MAAP), exercendo cotutela da pesquisa dos institutos públicos como o INRA, o Centre National du Machinisme Agricole, du Génie Rural et des Eaux et Forêts (CEMAGREF)¹², o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), o Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e as instituições de ensino agrícola superior, por meio de contratos de 4 anos, participando dos conselhos de administração, enquadrando ações por meio do orçamento anual, e participando nos comitês de avaliação de projetos de sua competência na Agência Nacional Francesa de Pesquisa.

A estratégia da pesquisa francesa não é orientada geograficamente, e cada instituição de pesquisa formula sua própria estratégia para objetivos científicos, política científica, parcerias e gestão, se utilizando de consultas aos *stakeholders*, elaboração de planos estratégicos das unidades, procedimentos adotados pelo INRA a cada 4 anos. Os principais beneficiários dos institutos de pesquisa são órgãos do governo, pois o papel mais importante declarado pelos institutos de pesquisa

⁹ Além das informações do INRA, outras bases de dados foram consultadas para dimensionar a evolução das IGs no contexto europeu e internacional: Comissão Europeia (dados de IGs reconhecidas nas bases DOOR e BACCUS, e projetos financiados pela UE relacionados à IG na base CORDIS); Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) – dados de cooperação técnica internacional relacionada à IG; Organização Mundial do Comércio (OMC) – dados de cooperação técnica internacional relacionada à IG; Projeto SINER-GI (Strengthening International Research on Geographical Indications) – dados de projetos.

¹⁰ Embora a administração regional se interessasse pelos centros de pesquisa regionais, estes não tinham missão explicitamente voltada à região, mas eram vistos como uma alavanca para o desenvolvimento econômico local ou como agentes que contribuíam para a imagem de uma região dinâmica, favorecendo a atração de empresas (Sauveur, 1998).

¹¹ A natureza dos financiamentos regionais, entre 1989 e 1993, era assim composta: 24,7% de capital, 14,4% de material de consumo, 21,7% em programa de interesse geral, 24,6% de interesse regional, 11,8% de bolsas de tese, 2% de transferência de tecnologia, e 0,8% para diversos.

¹² O CEMAGREF, que foi criado em 1981 da fusão entre o Centre technique du GREF (CTGREF) e o Centre National d'Etudes et d'Expérimentations du Machinisme Agricole (CNEEMA), em 2011 passou a se chamar Institut National de Recherche en Sciences et Technologies Pour l'environnement et l'agriculture (Irstea). Disponível em: <<http://www.irstea.fr>>.

agrícola (IRD, Cirad, Cemagref e INRA) é o de contribuir para a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar estão os produtores e serviços de ATER (Dodet & Ollagnon, 2010).

O sistema de inovação agropecuária francês conta com as Instituições de Ensino Superior (com 600 docentes), as unidades de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e universidades (*grandes écoles*). O sistema de institutos tecnológicos agrícolas (ITA) – associações de natureza jurídica privada (França, 1901) voltadas para a pesquisa aplicada, orientadas por cadeia de produção ou tema, como produtos orgânicos, com contratos com o MAAP e outras fontes de recursos, inclusive com os produtores rurais, além das fontes próprias de receita – conta com 1.222 pesquisadores e técnicos de apoio à pesquisa, operando com um orçamento de 180 milhões de euros anuais. Esses institutos que estão distribuídos regionalmente estão na interface entre a pesquisa avançada de institutos como o INRA e de universidades e a demanda dos produtores (ACTA) e agroindústrias (ACTIA), operando também por meio de parcerias em Unidades Mistas Tecnológicas (UMT) (França, 2006a). Desempenham atividades de suporte à qualidade agroalimentar, e ajudam nos processos de reconhecimento de IG e do cumprimento de outras certificações.

O sistema de inovação agropecuária francês vem passando por muitas transformações com a mudança na legislação referente a CT&I em 2006 e 2007, visando dinamizar a inovação agrícola por meio de alterações nas responsabilidades e nos instrumentos de cooperação entre a pesquisa e educação superior, criando um grande número de Unités Mixtes de Recherche (UMR), por meio das quais o INRA passa a se conectar com as universidades. Visando reduzir a fragmentação do sistema de educação e pesquisa agrícola francês, o MAAP resolveu agrupar os institutos de pesquisa de acordo com as conexões já existentes, formando *clusters* agrícolas como os de Paris, Montpellier, Dijon, Toulouse, Nancy, Angers-Nantes Rennes e Lyon-Clermont. As instituições educacionais também foram agrupadas em *Pôle de Recherche d'Enseignement Supérieur* (PRES) (Dodet & Ollagnon, 2010).

Em 2006, uma ação coordenada entre o INRA, CIRAD e Montpellier SupAgro foi iniciada por meio do dispositivo *Réseau Thématique de Recherche Avancée* (RTRA), criando a Fundação Agropolis em Montpellier, com 31 unidades de pesquisa, 800 pesquisadores e 400 doutorandos. Outros dois campi ligados ao sistema de inovação agrícola tiveram o INRA como fundador: Lyon (infectologia) e Paris-Toulouse (economia). O AgroParisTech surge da fusão de três institutos centenários de pesquisa agrônômica e florestal ocorrida em 2007. Ao mesmo tempo, o governo francês estabelecia 60 *pôles de compétitivité*, visando fortalecer conexões entre a pesquisa e empresas por meio da inovação – destes, 15 eram no setor agroalimentar. Em 2009 foi criado o consórcio Agreenium, que agregou os institutos de pesquisa INRA e CIRAD e universidades (AgroParisTech, AgroCampus Ouest, Montpellier SupAgro, ENV Toulouse) que captam recursos do MAAP para gerir projetos em rede em torno de inovação, por 5 anos (European Union, 2012). Em 2015 foi criado o Institut Agronomique, Vétérinaire et Forestier de France (IAVFF), visando estabelecer maior interação entre 12 instituições de ensino superior públicas, incluindo o AgroParisTech e a pesquisa agropecuária, entre os quais, INRA e Irstea (antigo Cemagref), para coordenar atividades conjuntas de ensino, pesquisa e relações internacionais.

As instituições francesas de pesquisa agropecuária são financiadas principalmente pelo Estado – Ministério da Alimentação, Agricultura e Pesca; Ministério de Educação Superior e Pesquisa; Ministério de Relações Exteriores – e por meio de instituições europeias. Isso representa 64% do total do orçamento do Cirad, 75% do CEMAGREF, 80% do INRA e 85,67% do IRD. A segunda fonte de recursos são contratos com as instituições francesas Agence Inter-établissement de la Recherche pour le Développement (AIRD)¹³ e Agence Nationale de la Recherche (ANR)¹⁴, sendo 23% no orçamento do Cirad e 12% no do INRA. A terceira fonte de recursos é a de origem privada, para a qual o Cirad conta com 13% em seu orçamento, e o INRA com apenas 8% do total orçamentário.

¹³ A AIRD era operada pelo IRD e foi extinta pelo Decreto nº 1441/2014 (França, 2014), que redefine as atribuições do IRD, substituindo o Decreto nº 430/1984.

¹⁴ A ANR foi criada em 2005 e se tornou um dos atores centrais no financiamento da CT&I francesa, tendo-se investido € 1,5 bilhão nos primeiros dois anos de funcionamento. O INRA também presta o serviço de financiar pesquisas agrícolas para a ANR.

O sistema de avaliação da pesquisa conta com a Agence d'Évaluation de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur (AERES), criada em 2007, que avalia as instituições de ensino superior e pesquisa de forma independente, e os institutos de pesquisa agropecuária já contam com rotinas de avaliação.

A Lei de Programação de Pesquisa de 2006 (França, 2006b) torna a *expertise*¹⁵ uma das missões do INRA, do mesmo modo que a produção de conhecimento científico, e a formação, valorização e difusão da cultura científica e técnica. Dessa forma, o INRA reporta 400 produtos de atividades de expertise, como a participação de pesquisadores na defesa sanitária¹⁶, demandas emanadas da formulação e implementação de políticas públicas, missões de serviço de estado, e exercícios prospectivos. Os tipos de produtos de atividades de expertise do INRA são classificados por contribuição para tipos de instituição e reportados no Relatório de Autoavaliação 2009 (INRA, 2009, p.62): 22% para as instituições internacionais e da UE; 68% para as instituições governamentais nacionais, regionais e locais; e 10% para organizações setoriais. O relatório fornece a distribuição de produtos de atividades de expertise do INRA por tipo de especialidade: 37% foram dedicados à análise, previsão, orientação ou avaliação de políticas públicas; 25% lidaram com a avaliação de riscos; 14% foram atividades relacionadas à conformidade com as normas estabelecidas, ao desenvolvimento de uma normativa, ou à contribuição para a implementação de uma norma (regulamentos, qualificação de produtos e procedimentos, boas práticas, comunicações do INAO, rotulagem, normas legais); 16% estão relacionadas a um produto ou sistema (normas de produção para *Label Rouge*); e 8%, outros.

A evolução das publicações do INRA no eixo estratégico “Estratégias dos atores e políticas públicas”, para o período de 2001 a 2006, mostra percentual irrelevante em relação à produção total de INRA (INRA, 2009). Contudo, processos de inovações são multidisciplinares, e o conteúdo de um pequeno número de artigos em revistas científicas das ciências sociais relacionadas pode envolver impacto relevante em políticas públicas e estratégias organizacionais, indispensáveis em processo de inovação, visando à competitividade e ao desenvolvimento territorial sustentável, como será observado em relação às contribuições dos projetos do INRA para IG, que não são reveladas em indicadores de CT&I convencionais.

A avaliação de impacto do INRA mostra que uma das formas de atuação que caracteriza o processo de inovação é baseada na transformação intensa do ambiente regulatório e no acesso a mercados por meio da coprodução de conhecimento com redes existentes de parceiros. Nesse tipo de atuação em que há alto impacto na dimensão “política”, o recurso chave do INRA para a transferência (ou tradução) do conhecimento é a credibilidade científica (Matt et al., 2017).

FINANCIAMENTO DA CT&I EM SELOS DE QUALIDADE AGROALIMENTAR NA UE

Na UE, a CT&I é financiada por meio dos dispositivos comunitários. No período 2007–2013, o *7th Research Framework Programme* (FP7) e o *Competitiveness & Innovation Programme* (CIP) e, no período 2014–2020, o *Horizon 2020 – Research and Innovation Framework Programme* financiaram projetos por meio de editais. Esses instrumentos de financiamento são importantes para estabelecer dispositivos de ações coordenadas territorialmente. Por exemplo, o Projeto *Agricultural Research in the Mediterranean Network* (ARIMNet)¹⁷, iniciado em 2008, é um dispositivo que articula uma rede de pesquisa composta por 13 sistemas nacionais de pesquisa dos diversos países da região do Mediterrâneo, os quais financiam as iniciativas visando maximizar sinergias para tratar

¹⁵ Esse termo “expertise” inclui a Expertise Coletiva Científica (ESCo) que é codificada em materiais referenciados, mas também inclui aquela assessoria técnica menos formalizada, além daquelas que são objeto de contratos. Uma pesquisa com 50% dos técnicos e pesquisadores identificou 17% envolvidos com alguma atividade de expertise, o que envolve de 5 a 10% do tempo de trabalho (INRA, 2009).

¹⁶ Por exemplo, atividades realizadas com a Agence Française de Sécurité Sanitaire des Aliments (AFSSA) mobilizaram 52 pesquisadores.

¹⁷ ARIMNET ERANET Coordination Action – Grant agreement FP7-219262.

de desafios da gestão dos recursos naturais e ameaças das alterações climáticas para a segurança e a sustentabilidade dos produtos agrícolas. No edital de 2011 desse dispositivo, 7 milhões de euros foram disponibilizados para até 13 projetos interdisciplinares, nos eixos temáticos: sistemas de produção (com foco em sustentabilidade), cadeias de produção agroalimentares (valor adicionado, selos de qualidade agroalimentar), e paisagem e recursos naturais (interações espaciais)¹⁸. A França participa nessa rede, principalmente por meio do INRA, IRD, Cirad e Cemagref. O INRA participa na rede aportando 13% do seu orçamento total.

No nível nacional, o INRA é um dos principais parceiros na pesquisa pública regional, particularmente para políticas de gestão territorial e competitividade. Por meio dos contratos *projets État-Région* (CPER), do programa *Pour et Sur le Développement Régional* (PSDR)¹⁹, juntamente com os *Pôles de compétitivité*, o INRA programou 32 projetos em 20 regiões, totalizando 138 milhões de euros (aproximadamente 20 milhões de euros por ano em média), sendo 46,4 milhões de euros financiados pelo INRA, e o restante financiado pelas autoridades locais e pelos Fundos Estruturais Europeus para o período 2007–2013. Desse total, 62% foram investidos na infraestrutura laboratorial, 30% em plataformas experimentais e tecnológicas e 8% no financiamento de teses doutorais e programas de pesquisa (INRA, 2009).

A base de dados *Community Research and Development Information Service* (Cordis) oferece acesso à busca de projetos financiados pela Comissão Europeia desde 1990, incluindo a política de financiamento a CT&I financiada nos *Framework Programmes* (FP) e *Horizon 2020*, retornando às seguintes informações: edital, financiamento, participantes, resumos dos resultados e vínculos com publicações. A busca por palavra exata possibilita utilizar cada palavra-chave e exportar os resultados.

Nessa base encontram-se projetos europeus, por exemplo:

- *A Comparative Analysis of the Protection of Geographical Indications for Foodstuffs* (PROGI): projeto executado entre 2011 e 2013, no valor de 142.113,2 euros, na Itália, por meio do *FP7-PEOPLE-2010-IOP - Marie Curie Action: "International Outgoing Fellowships for Career Development"*. Esse projeto compara sistemas legais de proteção europeu (*ad hoc*) e canadense (marca).
- *The Impacts of the Rules IPR Rules on Sustainable Development* (IPDEV): projeto executado entre 2005 e 2006, no valor de 581.366 euros. Destes, 433.091 euros foram custeados pela UE. O projeto foi coordenado no Reino Unido, por meio do *FP6-2002-SSP-1 STREP - Specific Targeted Research Project*, respondendo à demanda da Comissão Europeia para avaliar o impacto das regras de propriedade intelectual no crescimento econômico, proteção do meio ambiente, e benefícios sociais (incluindo o desenvolvimento rural), comparando medidas legais dos países membros e de países em desenvolvimento e analisando possibilidades do melhor uso do ADPIC nos países em desenvolvimento, por exemplo, por meio das Indicações Geográficas.

Apenas na França, 23 projetos relacionados aos selos de origem, levantados pelo projeto DOLPHINS, somavam iniciativas que vigeram de 1993 a 2006.

¹⁸ ARIMNet. Guidelines for applicants: ARIMNet Call 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/bioeconomy/pdf/arimnet_call_2011_guidelines_for_applicants.pdf>.

¹⁹ O PSDR evoluiu em 4 edições de 5 anos cada uma – na primeira abrangeu 3 regiões francesas, e na terceira edição abrangeu 10 regiões envolvendo 200 equipes de pesquisa, sendo metade delas do INRA, interagindo com uma pluralidade de parceiros: câmaras agrícolas, sindicatos de produtores, sindicatos agrícolas, institutos tecnológicos, estruturas de treinamento e formação, cooperativas, empresas agrícolas e agroindustriais, autoridades regionais, parques regionais, associação de municípios, associação de proteção do meio ambiente, e departamentos regionais de agricultura e meio ambiente.

A EVOLUÇÃO DAS IGS NA FRANÇA E OS DESAFIOS PARA A PESQUISA NO INRA

A evolução da Indicação Geográfica resulta do processo de diferenciação regional. Nesse processo, atributos naturais e humanos permitiram a criação de vantagens competitivas baseadas na qualidade e na reputação. A Indicação Geográfica é uma estratégia coletiva, visando ao uso de um gênero de propriedade intelectual que envolve regras formais para proteger o nome geográfico contra as contrafações e, ao mesmo tempo, conferir elementos de exclusividade. A captura do valor da inovação é possível por meio da emergência e disseminação de instituições que permitem internalizar o diferencial do preço prêmio na cadeia agroalimentar que utiliza o selo de IG. Isto é evidenciado por meio das primeiras tentativas de defesa da concorrência contra falsificações de produtos de origem, e da instituição de um quadro regulatório que foi abarcando uma quantidade e variedade cada vez maior de produtos agropecuários e a expansão dos mercados.

Sua emergência, em especial na França (Teil, 2017), e evolução na Europa, levam à harmonização do seu conceito em outros países. A disseminação dessa instituição foi evidenciada nos acordos internacionais e na conseqüente internalização de regras genéricas em diversos países, para enfim se disseminar globalmente e ser internalizada no Brasil. Esse processo histórico envolveu a necessidade de se utilizar de instituições especializadas com reputada competência técnica para traduzir para regras formais os hábitos, costumes, tradições e normas sociais envolvidos nas transações de produtos de origem.

A crescente importância dessa instituição nos programas de políticas públicas deriva da justificação de sua contribuição ao desenvolvimento regional por meio da tradução das externalidades positivas da IG pelas instituições técnicas especializadas para subsidiar processos de formulação de políticas e regulações. Portanto, essa mediação reforça a instituição, promovendo a competitividade por meio da qualidade, o desenvolvimento territorial, e a proteção do patrimônio natural e cultural. O estudo da competitividade também é um ponto importante a se considerar pela pesquisa agropecuária, evidenciado pelo preço prêmio auferido pelas Indicações Geográficas, assim como sua importância no volume dos produtos exportados, entre outros vários indicadores monitoráveis. Logo, se observa que a pesquisa agropecuária contribuiu na caracterização do processo produtivo local, dos fatores de competitividade e das externalidades, traduzindo o conhecimento subjetivo em conhecimento formal, viabilizando assim a criação de regras e a formulação de políticas para o fortalecimento das IGS, o que se resume na evolução dos domínios institucionais da IG.

A evolução das IGS na França suscitou interesse da pesquisa agrícola depois de o sistema de IG alcançar a organização do processo de reconhecimento e controle, mostrando contribuição à manutenção de atividades produtivas regionalizadas e hábitos de consumo de produtos típicos, respondendo às demandas de alimentos de qualidade e de rastreabilidade. Assim, a pesquisa centrou-se, inicialmente, na compreensão de sistemas agrários e nas condições de competitividade das IGS nos mercados. Nos anos 1990, os esforços de coordenação da produção do conhecimento científico em torno das IGS, em virtude da evolução das negociações internacionais, levaram à maior aproximação entre o INRA e o INAO, para compreender a organização do sistema de IG e suas condições de eficácia. Partia-se do estudo das práticas e regras das AOC e IGP para se formular hipóteses científicas para estudos que permitissem a generalização, dando base para serviços de elaboração de protocolos, como a codificação de critérios e determinantes da qualidade, meios de qualificação de produtos, e a análise dos fatores que lhes garantem a valorização no mercado diante dos convencionais. Nos acordos de comércio internacional, há conflitos de contextos institucionais distintos em que se confrontam sistemas de propriedade intelectual da reputação baseada em marca privada com os sistemas de IG.

No aspecto regulatório, a questão da defesa da concorrência entra em cena em virtude de contestações nacionais e internacionais referentes às práticas de coordenação, consideradas anticompetitivas e protecionistas, e ao sistema de controle, considerado pouco transparente e sem controle externo.

Ao mesmo tempo, a questão do desenvolvimento territorial como justificativa para o apoio interno leva à formalização do “ciclo virtuoso” das IGs e de meios de avaliar seu impacto no desenvolvimento territorial sustentável. Como várias dimensões passam a ser importantes nesse processo, se fortalecem agendas sobre a conservação dos recursos e do patrimônio (Bérard et al., 2008).

O processo de evolução da regulação europeia trouxe desafios de harmonização de concepções muito divergentes de mecanismos de proteção de nomes de origem, entre países europeus do sul e do norte (Profeta et al., 2009), entre a UE e os países norte-americanos (Josling, 2006; Mendelson & Wood, 2013) e entre países em desenvolvimento (Reviron et al., 2009; Sautier et al., 2011). Foram muitas as divergências a conciliar: o tipo de instituição, em seu aspecto de instrumento legal e o mecanismo de fazer valer; os costumes e crenças sobre o conteúdo da regra de sinal de qualidade; e o entendimento do papel desses instrumentos no funcionamento da economia.

As proteções de IG na UE envolveram, além do debate político e o apoio social²⁰, interações com a academia, em discussões em torno do papel dos domínios institucionais envolvidos (Allaire & Sylvander, 2011)²¹. A comunidade acadêmica foi organizada em torno do tema IG na Europa por meio de projetos articulados em redes que compreendem 15 países. A pesquisa sobre o tema foi se consolidando na década de 1990, a propósito da discussão da política europeia de qualidade dos alimentos. No período de 1999–2003, o projeto DOLPHINS estudou a IG em relação às políticas públicas e acordos internacionais. O debate continuou no projeto *SINER-GI (Strengthening International Research on Geographical Indications)*, de 2003 a 2005, como um grupo de estudos de casos sobre a emergência, evolução e proteção dos sistemas de GI em vários países. Além disso, o debate acadêmico internacional ocorre no *Worldwide Symposium of Geographical Indications*, avançando além das questões de acordos internacionais, mas discutindo socioeconomia das IGs em vários aspectos.

Outras iniciativas de intercâmbio na pesquisa em torno das IGs foram os diversos colóquios realizados, em geral, antecedendo a submissão de grandes projetos no tema. Por exemplo, em 2005 foi realizado em Paris o *Colloque International de Restitution des Travaux de Recherche sur les Indications et Appellations d’Origine Géographiques*.

Não foi por acaso que estes projetos europeus foram liderados pelo INRA, que havia desenvolvido competências no assunto. Ao mesmo tempo, desenvolvia o programa INRA-INAO *Qualité des Produits Liée à Leur Origine Géographique*, em que, entre 1994 e 1999, 400.000 euros foram investidos, e, de 2001 a 2005, 274.000 euros foram desembolsados. Esse programa com o INAO teve o objetivo de desenvolver conceitos e definições fundamentais da IG, como “*terroir*” e “tipicidade”, mecanismos de controle externo, fornecendo conhecimento técnico-científico que permitisse a discussão científica e a aplicação operacional eficaz. Essa interação evoluiu e proporcionou um ambiente fecundo para a construção de nova interpretação comum da realidade, fortalecendo as instituições da IG na França e no mundo (Casabianca et al., 2013).

Adicionalmente, o INRA desenvolveu o *Programme Agriculture Biologique* de 2000 a 2004, tendo gastado 400.000 euros (Boiffin et al., 2004), que continuou como *Organic Marketing Initiatives and Rural Development (OMIaRD)*, de 2004 a 2006. Além disso, um grande programa de desenvolvimento regional, “*DAPD-PSDR*”, foi executado de 1993 a 2012, que compreendeu 76

²⁰ As mais conhecidas ONGs em favor das IGs como Slow Food, ORIGIN, AREPO (Association des Régions Européennes des Produits d’Origine).

²¹ “Research into GIs is conducted by universities and research centres financed by European programmes, and by the World Bank or national agencies. For example, [...] a European project has been reinforced by seminars of the European Association of Agricultural Economists (EAAE) [...]. One might also cite the network of academics around the International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) that conducted the IPDEV (Impacts of the Intellectual Property Rights Rules on Sustainable Development) project, with the aim of studying the impact of IPRs on sustainable development [...]. Many economic and legal departments in universities worldwide are interested in IPRs and GI rights, as are many large law firms. Associations have also been formed that promote reflection, exchange and contacts among professionals and academics. Large international organizations (OECD – Organization for Economic Cooperation and Development, FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations, UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development, WIPO, etc.), fully aware of the commercial, industrial and scientific challenges of IPRs and GIs, conduct studies and organize seminars aiming to review, evaluate or develop their political positions relative to international negotiations”. (Allaire & Sylvander, 2011, p.117-118).

projetos (56% em ciências sociais e 44% em biociências), tendo ampliado sua cobertura espacial em cada fase. Alguns desses projetos trataram de selos de certificação de conformidade, origem e agricultura orgânica.

Tais interações apontam diversos papéis do INRA para o desenvolvimento dos domínios institucionais da IG, no contexto da evolução das instituições da qualidade agroalimentar. Para sustentar o argumento, trazemos dados quantitativos e qualitativos dessa produção de conhecimento.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO INRA RELACIONADA À IG

Fez-se a busca na base de referências do INRA (ProdINRA), em novembro de 2018, utilizando-se variações de “Indicação Geográfica” apenas para os campos do título e das palavras-chave: (ti:(“american viticultural area” “appellation d’origine” “appellations d’origine” “geographical indication” “indication géographique” “indications géographiques” “indicacao geografica” “indicacoes geograficas” “denominacao de origem” “denominacoes de origem” “indicacao de procedencia” “indicacoes de procedencia” “denominazioni di origine” “indicazione geografica” “indicazione de procedencia” “indicazione geografiche” “indicacion de procedencia” “indicacion geografica” “denominacion de origen” “label of origin” “labels of origin” “origin products” “terroir”) kw:(“american viticultural area” “appellation d’origine” “appellations d’origine” “geographical indication” “indication géographique” “indications géographiques” “indicacao geografica” “indicacoes geograficas” “denominacao de origem” “denominacoes de origem” “indicacao de procedencia” “indicacoes de procedencia” “denominazioni di origine” “indicazione geografica” “indicazione de procedencia” “indicazione geografiche” “indicacion de procedencia” “indicacion geografica” “denominacion de origen” “label of origin” “labels of origin” “origin products” “terroir”). Encontraram-se 1.224 referências (de qualquer tipo) relacionadas a IGs entre 1950 e novembro de 2018, de um total de 263.563 referências na base para o mesmo período, participando com 0,46% do total acumulado no período. Nesta base, o tema envolveu 26 temáticas, notadamente ciências agrícolas, economia e finanças, engenharia dos alimentos, gestão e administração e sociologia, com 200 periódicos diferentes, sendo a maior parte (81,62%) das produções artigos em revistas científicas, comunicações em eventos científicos, livros e capítulos²². O número de referências por ano aumenta de acordo com a relevância que este tema adquiriu nas décadas de 1990 e 2000, tendo-se reduzido a prevalência na última década, mostrando que o INRA exerceu seu papel necessário na época em que a IG se disseminava internacionalmente, influenciando o debate internacional, bem como promovendo o apoio interno. A redução da produção mostra que as contribuições científicas já superaram as questões colocadas na época, como veremos à frente (Figura 1).

ANÁLISE QUALITATIVA DE ALGUNS DOS PROJETOS DO INRA PARA IG

Em virtude de conflitos sobre a relação da qualidade, práticas e local de produção, com os nomes de origem, a comprovação científica de que essa relação existe foi objeto de pesquisa em 6 laboratórios do INRA, no início dos anos 1990. Apesar de ser mostrada a importância desses fatores, não se apresentou causalidade estável, nem se distinguiram qualidades ou se apresentou uma hierarquia delas (Teil, 2010).

Além da generalização da proteção de produtos de origem, os mecanismos de certificação, também incluídos dentro da política comunitária de qualidade, levam diversos rebatimentos ao sistema AOC francês. O regulamento europeu NUU 45.011 (AFNOR, 1989) sobre procedimentos

²² A título de referência, a base de referências para publicações do INRA, ProdINRA, compõe-se de 1% de relatórios, 2% de teses, 3% de memórias, 7% de livros e capítulos, 33% de artigos em eventos e anais, e 52% de artigos.

de certificação (independência, eficácia, competência e confidencialidade) implementado na França, em 1993, exigiu acreditação de órgãos certificadores para operar. Apesar de o INAO se utilizar do mecanismo de controle interno²³, havia muitos conceitos, envolvidos em procedimentos, que não estavam codificados²⁴. Assim, na década de 1990, o INAO passa a estabelecer interações com o INRA (Scheffer & Sylvander, 1997), buscando tornar a instituição adaptada ao regulamento europeu, o qual generalizava regras em ambientes institucionais que não tinham o mesmo histórico de crenças e costumes, implicando crenças, conceitos e mecanismos de garantia.

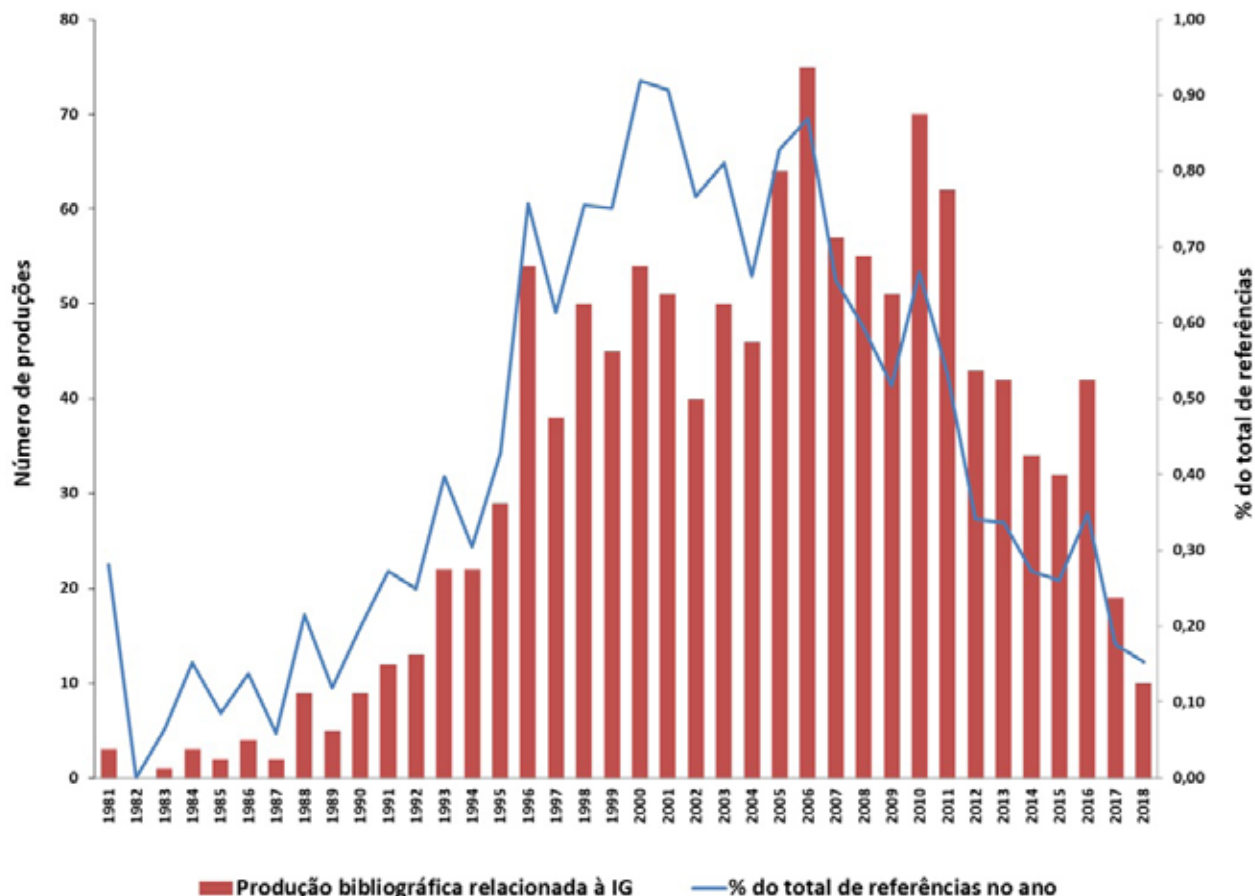


Figura 1. Número de produções relacionadas à IG e o percentual sobre o total de referências do ProdINRA.

Fonte: adaptado de ProdINRA (2018).

A falta da ligação totalmente fixa e previsível entre o sinal e a qualidade dos vinhos e o mecanismo de controle do INAO alimentaram argumentos contrários na OMC, na qual se acusavam as AOCs de mecanismos anticompetitivos. A partir de 1994, esse tema mobiliza o INRA por meio de projetos de pesquisa em ciências sociais aplicadas ao tema da qualidade: *AIP – Construction Sociale de la Qualité*, e *PDO-PGI Products* sobre a organização e eficácia das AOCs (Teil, 2010).

A seguir apresentam-se brevemente esses projetos que exemplificam a abordagem da pesquisa para IG no contexto da década de 1990, em que questionamentos e mudanças exigiam transparência, objetivação e adaptação do sistema de IG. No período subsequente, 1999–2008, as políticas públicas

²³ O controle interno era exercido por meio de Comitês Interprofissionais, compostos por partes não interessadas e procedimentos quase públicos debatidos nos Comitês Nacionais, e por meio do Conselho Nacional.

²⁴ De fato, no processo de harmonização das regras em nível europeu, os conceitos utilizados que ainda estavam no plano simbólico, subjetivo e não codificado, para efeito das normas e procedimentos legais, precisavam de estudos visando sua conceituação mais objetiva, permitindo a operacionalização técnica e legal (Scheffer & Sylvander, 1997).

de desenvolvimento rural sustentável e acordos internacionais são a tônica, para a qual apresentaram-se os projetos DOLPHINS, SINER-GI e ANR PRODDIG.

AIP – Construction sociale de la qualité

O primeiro projeto relacionado às instituições da qualidade foi interdisciplinar, com o objetivo de compreender a qualidade como uma construção social (técnica, jurídica e econômica) (Casabianca & Valceschini, 1996), desenvolvido pelo INRA-SAD no âmbito do programa *Maturation des Produits et Elaboration de la Qualité des Matières Premières – MATURAL*, iniciado em 1993, e se origina do debate de estudos anteriores^{25 26}, publicados pelo INRA. O projeto mobilizou pesquisadores do INRA (SAD e ESR) e de parceiros (CIRAD, CNRS, Centre d'Etude de l'Emploi, etc.) para desenvolver oficinas interdisciplinares com participantes do setor produtivo, abordando os seguintes tópicos:

- A relação entre normalização, know-how e as dimensões culturais (Casabianca & Letablier, 1996).
- A harmonização de instrumentos legais na UE: os sistemas de certificação (EN 45011), IG e produtos orgânicos; a defesa da concorrência em relação à propriedade intelectual que enfrentava críticas relacionadas ao protecionismo; o conflito de interpretação²⁷ e vácuos regulatórios; e a legitimidade dos atores com papéis nos processos de criação de regras²⁸ (Valceschini et al., 1996).
- Entendimento da qualidade vinculada ao local: esse tema lidou com a objetivação científica de atributos da reputação, qualidade e local e suas inter-relações evolutivas e implicações jurídicas (Delfosse et al., 1996).
- O reconhecimento da qualidade vinculada à origem: abordou mecanismos fisiológicos e cognitivos na identificação e comunicação do léxico da degustação e a relação com a variabilidade, variedade e aprendizagem (Teil, 1996b).

Paralelamente, outras fontes de conhecimento foram acessadas pelo projeto nos trabalhos sobre as instituições de qualidade na França (Mazé et al., 1996) e a respeito da emergência e estruturação da pesquisa em “qualidade” no INRA, num estudo bibliométrico (Teil, 1996a)²⁹.

Para lidar com a discussão sobre o papel do INRA em relação à política pública, o projeto centrou-se no conceito de construção social da noção de qualidade, pondo ênfase no processo de interação entre os participantes dos sistemas agrícolas como a origem da definição de qualidade e dos meios de controle. A motivação principal era a representação anterior dicotômica de qualidade: objetiva (cientificamente testável); ou subjetiva (questionada nas ciências duras com relação à sua ideia de incomensurabilidade, ao mesmo tempo em que parâmetros de qualidade eram empregados por júris de degustação no mercado e reconhecidos por consumidores). Naquela época, a subjetividade

²⁵CERF, M.; AUBRY, C.; DE SAINTE-MARIE, C.; HUBERT, B.; VALCESCHINI, E.; VISSAC, B. (Ed.). **Qualité et Systèmes Agraires**: Techniques, Lieux, Acteurs. [Paris]: INRA, 1994. (Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, 28).

²⁶NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **Agro-Alimentaire**: une Economie de la Qualité. Paris: INRA: Economica, 1995.

²⁷Por exemplo, IGP e ETG são baseadas na tradição e reputação; portanto, os instrumentos jurídicos deveriam refletir com tangibilidade e suscetibilidade à prova, assim como a DOP, em relação a outros atributos qualitativos e subjetivos ligados ao local de produção. Estas são as condições que permitiriam arbitragem e viabilidade de aplicação.

²⁸O papel do Estado foi questionado sobre em que medida a qualidade deveria ser regulada pelo Estado (regulamento de selos, registro de sinais de qualidade, regulação de arranjos organizacionais), ao lidar com exigências essenciais: segurança do alimento, proteção ambiental, informação aos consumidores, confiabilidade das transações. O contexto histórico era de grande importância porque, depois de 1985, a Comissão da UE adotou a estratégia de harmonização com reconhecimento mútuo entre os países-membros em relação aos produtos produzidos legalmente, que passariam a ser comercializados em qualquer outro Estado-membro. Além disso, países do norte estavam preocupados com a informação aos consumidores e segurança dos alimentos com mais mecanismos privados, enquanto os países do sul estavam mais preocupados com a tradição gastronômica e sabor superior como conceito de qualidade superior, contudo, enfatizando a regulamentação governamental.

²⁹Esta última pesquisa utilizou fontes de dados específicas (*Cabs, Agris, Agrícola, Journal of Economic Literature*, INRA e INRA ESR) e emprega “qualidade” como a palavra-chave de busca, encontrando associação com outras palavras-chave ao longo do tempo.

não era considerada apenas pelos consumidores nas preferências de qualidade reveladas, mas também por outros participantes da cadeia agroalimentar, e a subjetividade teria que ser tratada cientificamente, assim como no caso da análise sensorial em que os profissionais tecnicamente treinados ou consumidores são usados pelos cientistas para expressar sentimentos. Portanto, a hipótese do projeto foi que a “qualidade” é construída, baseada na interação de diferentes saberes sobre o produto; portanto, uma construção social (Casabianca & Valceschini, 1996).

Para ligar estes dois pontos de vista de qualidade, o AIP considerou o consumidor como um agente incompletamente informado e com racionalidade limitada, mas com capacidade para se comunicar, dialogar, aprender e contestar. Portanto, a abordagem considerou que os consumidores mobilizam os seus conhecimentos e suas referências (história da alimentação, gastronomia), como ela evolui (cultural e coletivamente) e como ela é adquirida (diálogo, mediação, promoção). Além disso, aprofundou-se o significado da confiança do consumidor na construção da reputação de uma região por produzir um produto de qualidade. Adicionalmente, a evolução dos aspectos técnicos, jurídicos, contratuais e organizacionais possibilitou a coordenação por meio dos conselhos interprofissionais locais e sistemas de certificação na qualificação do produto. O AIP consolidou o entendimento do processo científico de tradução do conhecimento e da tecnologia em regras codificadas nos regulamentos de uso, propriedade intelectual, certificações (Casabianca & Valceschini, 1996), bem como da reflexividade da ligação entre dimensões cognitivas e normativas das atividades de pesquisa (Valceschini et al., 1996, p.33). O projeto ainda enfatizou que a competição está condicionada pela estrutura institucional, pois muitos elementos institucionais (normas, regras e quadros regulatórios) são empregados e se sobrepõem, conectando uma multiplicidade de atores (produtores, organismos, estados, consumidores) por meio de regras (Mazé et al., 1996).

Recomendou-se o lançamento de um programa de investigação europeu (4º Programa-Quadro de P&D da UE – COST 1996-1997) para as IGs no âmbito do quadro regulatório nacional e europeu³⁰, para pesquisadores franceses e europeus, visando à criação de uma rede internacional de pesquisa sobre a qualidade agroalimentar. Esta proposta buscava embasar os argumentos franceses, que estavam sendo interpretados como “protecionistas”, para que fossem entendidos pelos outros países por meio de suas comunidades científicas, e para que a compreensão francesa fosse confrontada internacionalmente em termos de abordagens metodológicas das disciplinas científicas.

PDO and PGI Products: market, supply chains and institutions

O projeto “PDO-PGI”³¹ (1996–1999) buscava discutir fatores de sucesso para a competitividade dos produtos com IG e a relação entre a regulação e a política europeia para os produtos de origem (Barjolle & Sylvander, 2000). Alguns fatores de sucesso foram estudados para os produtos agroalimentares com IG por meio da comparação entre 21 cadeias de produção em 7 países, considerando a especificidade dos produtos, relevância, motivação, e coordenação³². O principal fator encontrado foi a capacidade de coordenação da cadeia de produção, o que tem uma provável relação com recursos internos e as formas contratuais híbridas, e também com o fato de essa forma organizacional da IG permitir iniciativas individuais. Os fatores de sucesso considerados foram: i) giro significativo e importância econômica; ii) alta taxa de crescimento (maior que a taxa de crescimento do mercado de referência); iii) notoriedade do nome/marca de produto específico ou marca coletiva; iv) preço prêmio, comparado com os substitutos mais próximos (Barjolle & Sylvander, 2002).

Do ponto de vista da política, certos produtos em regiões menos favorecidas permitem a remuneração de atividades rurais de menor escala mais intensivas em mão de obra, que do contrário

³⁰ As definições de IG da proposta consideravam as dos Regulamentos CEE 2081/1992 e CEE 2082/1992 (União Européia, 1992a, 1992b).

³¹ Foi liderado pela unidade INRA – UREQUA, em parceria com CRISALIDE na França, além de outros parceiros internacionais como NAGREF na Grécia, CRPA na Itália, WAU na Holanda, EPFZ na Suíça, e Wye College e University of London no Reino Unido.

³² A especificidade reflete a diferença objetiva entre o produto e seus substitutos. A relevância reflete a atratividade de mercado, intensidade da demanda do consumidor para o produto e a escolha do canal de distribuição. A motivação das firmas refere-se à construção de um sistema de diferenciação e designação de produto. A coordenação refere-se à habilidade das firmas para atingir a gestão de produto e mercado coletivamente. Estas dimensões implicaram a avaliação do ambiente institucional em termos de legitimidade e eficiência (Barjolle & Sylvander, 2002).

não teriam alternativa, a não ser prover pagamentos diretos muito maiores como medidas de apoio interno a um grande número de estabelecimentos em virtude da incapacidade deles de concorrer em mercados de commodities. A recomendação foi que a Comunidade Europeia deveria fazer uma escolha estratégica entre fortalecer somente o reconhecimento e a proteção ou ter uma visão mais integrada de desenvolvimento, pois a regulação, para efeito de proteção, alcançou seu objetivo (apesar de que a confusão dos consumidores permanecia).

No caso de manter uma política de reconhecimento e proteção dos nomes geográficos de forma puramente cartorial, as recomendações envolviam a suspensão da comunicação oficial dos selos de origem e a mudança de posição na OMC, em virtude da dificuldade de se fazer frente às acusações de protecionismo, enquanto não houvesse harmonização dos procedimentos e protocolos para produtos realmente diferenciados dos demais ou se os sistemas agroalimentares não fossem realmente conectados nos territórios. Alternativamente, no caso de desenvolver política de IG que favorecesse uma agricultura menos carregada em subsídios pagos pelo consumidor como mecanismo de desenvolvimento rural dentro da política de competitividade e proteção do consumidor, esforços deveriam ser feitos para que os países membros harmonizassem seus procedimentos na política de qualidade agroalimentar da EU, orientando o uso de termos, atributos, normas e procedimentos dos produtos de origem, principalmente para países e produtos com dificuldades de formulação do pedido de reconhecimento no nível comunitário. Em termos da governança, a premissa da independência dos órgãos deveria ser respeitada, e o aconselhamento deveria ser oferecido por um corpo eficiente de especialistas reconhecidos e formados por meio de um material normativo que estabelecesse princípios norteadores. As consultas públicas deveriam oferecer material completo sobre os procedimentos de forma imparcial, servindo de base para negociações na OMC. Os processos de controle, por meio de certificadoras, deveriam ser publicados em detalhes sobre os requisitos para cada modalidade (DOP e IGP), definindo controles mínimos, frequência de inspeções, avaliação de produtos (seja ela química, física ou sensorial), requisitos para uso de painéis de análise sensorial, formas de controle da rastreabilidade nas transações de produtos. Ou seja, os procedimentos a serem definidos e harmonizados em nível europeu implicariam o aumento da reputação desses selos internamente, no comércio global e nas negociações internacionais, fortalecendo o sistema internacional de repressão às fraudes para fazer valer a proteção dos nomes de origem (Barjolle & Sylvander, 2000).

ANR PRODDIG

Como observado no projeto anterior, *PDO-PGI*, a relação das AOCs com a política de desenvolvimento territorial não estava ainda bem compreendida, mas dava indícios de que havia a manutenção de atividades agrícolas de pequeno porte em áreas desfavorecidas. Assim, o INRA desenvolveu o projeto *Promotion du Développement Durable par les Indications Géographiques* (PRODDIG), visando clarificar o efeito dos investimentos em qualidade e reforçar a singularidade e reputação, num contexto internacional de novas confrontações políticas e científicas sobre a política de IG e seus objetivos de desenvolvimento rural sustentável.

Esse era um projeto apoiado no contexto de um novo quadro de financiamento e programação de pesquisa na França, conduzido pela *Agence Nationale de la Recherche* (ANR), que fomentava o programa *Programme Fédérateur Agriculture et Développement Durable – 2005* (ADD), que financiou, entre 15 projetos, o PRODDIG (ANR-05-PADD-0012), com 298.000 euros para 36 meses a partir do final de 2005 até 2008. Sob a liderança de três pesquisadores³³, representava o maior projeto do programa, com caráter multidisciplinar, reuniu 17 equipes que ainda não se conheciam (sendo 13 do INRA), 14 eixos divididos em 5 grupos de trabalho, que realizaram 26 estudos de campo em 17 localidades. A governança do projeto envolvia um conselho coordenador com os líderes de cada grupo de trabalho e um diretor do INAO a quem era delegada a relação com a pesquisa.

³³ Bertil Sylvander (*INRA Toulouse*) e François Casabianca (*INRA-SAD Laboratoire de Recherche sur le Développement de l'Élevage – LRDE*, em Corte, Córsega) e J. M. Touzard (*UMR INNOVATION INRA Montpellier*).

Cada nível de análise tratou de mudanças em curso na relação entre as IGs e o desenvolvimento sustentável: associou-se à cultura dos sistemas técnicos os conhecimentos biotécnicos subjacentes, e sua relação com as regras coletivas, em face dos indicadores territoriais e ambientais. Isso permitiu relacionar as questões de gestão do território pelos atores locais para fazer frente à esfera do consumo. Essas análises perpassam por diversas políticas públicas (sanitárias, de meio ambiente e econômicas), a regulação e interfaces intersetoriais (Casabianca, 2011).

O desenvolvimento do projeto envolveu seminários, plenários de integração dos níveis de análise e sobre indicadores de desenvolvimento sustentável, e, ao final, para balanço com convidados externos internacionais, o que contribuiu para comparações internacionais com os trabalhos do CIRAD e do projeto SINER-GI.

Além dos estudos de campo sobre a evolução de sistemas produtivos, regras e consumo, alguns estudos exploratórios do espaço social contextual de situações locais buscaram caracterizar a evolução de negociações de políticas públicas³⁴.

Buscando ir além da questão da perenidade das IGs, o projeto buscava entender a contribuição da IG ao desenvolvimento sustentável, a qual poderia não estar claramente evidente, mas com disparidades e contradições. Contudo, convergências poderiam existir entre as condições para “o círculo virtuoso das IG” e o desenvolvimento sustentável.

A hipótese do projeto era que o desenvolvimento sustentável, como espaço de mudança, deveria antecipar as condições de desenvolvimento das IGs e a renovação dos recursos e conhecimentos. A proposição foi que seria necessário objetivar escalas de valor que estruturassem os procedimentos dos pesquisadores para análises de impacto (Casabianca, 2011). Para ilustrar, um dos estudos analisou a relação entre a tipicidade dos produtos AOC e sua relação com o desenvolvimento sustentável³⁵.

No âmbito da gestão territorial pelos atores locais, o projeto realizou um levantamento das ações das IGs nos territórios que contribuem ao desenvolvimento sustentável em 565 organizações de diversas regiões e de produtos com IG, abordando ações em favor do desenvolvimento econômico, do meio ambiente, do patrimônio e da cultura, da solidariedade e da coesão social, além de diversas outras informações de caracterização das IGs e dos territórios (Ollagnon & Touzard, 2007)³⁶.

Os resultados do PRODDIG reforçam a noção de que as IGs transmitem, às gerações futuras, uma diversidade de produtos e conhecimentos técnicos, e mantêm a atividade e paisagem agrícola em regiões menos favorecidas (Bérard et al., 2008). Além disso, algumas IGs permitem a manutenção de raças, variedades e o ecossistema, enquanto outras limitam a diversidade dos recursos utilizados, como a definição de variedades típicas, ou apresentam dificuldades de isolar o efeito da IG na biodiversidade e riscos associados à especialização (PRODDIG, 2008).

As ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, desempenhadas pelas organizações locais em parceria com a administração local, caracterizam a emergência de um percentual relevante das IGs, como um espaço de incubação de experiências de desenvolvimento sustentável. Entretanto, as IGs enfrentam obstáculos nos conflitos da alocação de esforços em diferentes direções: aos produtos

³⁴ Os dados gerados eram oriundos de diversos tipos de análises: desde antropológicas e ergonomia cognitiva das situações de produção in situ, até estudos experimentais, análises genômicas, análise de Regulamentos de Uso, levantamentos nacionais sobre as IGs, entrevistas semiestruturadas sobre as estratégias, análises do consumo com levantamentos e painéis de consumidores, além da observação participante com tomadores de decisão em políticas públicas (Casabianca, 2009).

³⁵ Conduzido pelo laboratório *Typicité des Produits Alimentaires* da Enita Clermont, a UMR FLAVIC e o INRA-SAD-LRDE buscaram identificar o perfil e hábitos de compras no consumo de queijos e vinhos típicos, e o conhecimento técnico (etapas de elaboração e composição), semântico (vocabulário para descrever o produto e a cultura em torno deste) e espacial (geografia) dos consumidores. Também buscaram identificar a propensão a pagar pelo desenvolvimento sustentável quando considerado como condição básica da produção: consumidores mais velhos e com menos educação tiveram atitudes mais voltadas ao desenvolvimento sustentável; a IG é vista como sinal intrínseco de qualidade (principalmente por homens, enquanto as mulheres associam mais com responsabilidade social e sanidade); raras são as implicações do desenvolvimento sustentável e do conhecimento dos produtos nas preferências dos consumidores, principalmente de vinho, mas ocorre preferência de consumidores de queijo pelo desenvolvimento sustentável associado à IG. O estudo conclui que os consumidores associam a IG muito mais à origem, qualidade e sabor, do que a aspectos da sanidade ou dimensões de desenvolvimento sustentável. Quando esta associação ocorre, é relacionada à dimensão econômica do desenvolvimento.

³⁶ Com uma taxa de resposta de 25% (141), foram catalogadas 1.004 ações, sendo privilegiadas ações em favor do desenvolvimento econômico, seguidas por ações em favor da coesão social e do meio ambiente. O levantamento possibilitou constituir diferentes perfis de organizações de IG com relação às ações junto ao território (Ollagnon & Touzard, 2007).

ou aos recursos; no curto ou no longo prazo; em normas genéricas ou na preservação de tradições; e na coordenação com operadores, com ou sem IG, nas cadeias de produção. Também enfrentam desafios das contradições: de preço superior e acesso da população ao produto de qualidade superior; processo de exclusão; formas equitativas de se apropriar do valor; e corporativismo. Assim, o projeto enfatiza as ligações entre as IGs e o desenvolvimento sustentável na ativação e regeneração dos recursos e conhecimentos, fazendo jus à transmissão às gerações futuras, tem custos heterogêneos de mudança, requer prescrições e ações coletivas com relação aos bens públicos, e pode se constituir num instrumento político para o apoio às IGs, pois as IGs se apoiam fortemente na construção, codificação e transmissão de conhecimentos e normas de uso dos recursos, e no engajamento dos atores locais na responsabilização com relação ao território. Portanto, se firmam nas regras de uso dos recursos locais, na governança territorial da IG e nas suas estratégias comerciais e políticas. Mas requerem a coerência de políticas públicas e das autoridades locais no seu poder de arbitragem de conflitos na escala local. Outras questões enfatizadas pelo projeto foram o papel mediador conduzido pelas ações de avaliações de impacto, e o papel central da aprendizagem nas competências de consumidores e produtores.

Um aspecto mais importante considerado pelo projeto é que a objetivação de conceitos fortalece os sustentáculos do controle. Assim, o PRODDIG recomendou ao INAO não se restringir às questões ambientais referentes ao desenvolvimento rural sustentável, mas fazer com que os Regulamentos de Uso assumissem também a gestão do conhecimento e dos recursos, favorecendo iniciativas coletivas voluntárias, reforçando a argumentação política sobre a relação entre a IG e o bem público, renovando a justificação do apoio público não setorializado, saindo da atitude defensiva, mas se conectando e interagindo com as políticas públicas transversais – por exemplo, favorecer a integração maior do uso dos sinais de IG associado com o de orgânicos.

DOLPHINS

O embrião de uma rede de pesquisa científica europeia, o Projeto DOLPHINS (*Development of Origin Labelled Products: Humanity, Innovation and Sustainability*) foi financiado pelo 5º quadro da Comunidade Europeia (1998–2002) para pesquisa, desenvolvimento tecnológico e divulgação, e envolveu 80 pesquisadores organizados em 15 equipes de 9 países (França, Itália, Suíça, Alemanha, Espanha, Portugal, Reino Unido, Bélgica e Finlândia), tomando corpo na década de 1990, em função da discussão sobre a política europeia de qualidade. Nos anos 2000–2003, o projeto estudou as IGs no âmbito das questões de políticas públicas e tratados internacionais (Sylvander, 2004).

Como objetivos, buscou: melhor compreender as características e a evolução dos produtos de origem nos sistemas agroalimentares; fornecer ferramentas de avaliação das políticas públicas relacionadas aos mercados ou ao desenvolvimento desses produtos; e subsidiar a Comissão Europeia no contexto das negociações da OMC.

O projeto avaliou os aspectos técnicos e regulamentares, características dos produtos típicos de origem territorial, sistemas de produção e mercados correspondentes à economia das cadeias agroalimentares, a relação com os consumidores, o impacto no desenvolvimento rural, implicações públicas desses sistemas de produção, e avaliação de políticas públicas. As competências e disciplinas reunidas no projeto responderam às análises dos aspectos legais e de política pública, economia industrial, gestão e marketing, sociologia e geografia, aplicadas aos produtos com selos de origem, cadeias de produção e mercados, desenvolvimento rural e pesquisa do comportamento do consumidor. Foram aplicados 5 estudos de caso de cadeias agropecuárias de produtos típicos de origem territorial para identificar sua diversidade, seus fatores de competitividade e as políticas que os afetam (Sylvander, 2004).

Segundo o relatório final (Sylvander, 2004), considerava-se como objetivo de uma política para IG o “Desenvolvimento dos Produtos com Selo de Origem”, de forma mais abrangente, possibilitando harmonizar e incluir os produtos potenciais no norte europeu. Essa perspectiva significava utilizar indicadores de desenvolvimento desse tipo de estratégia de diferenciação, a saber: volume de vendas, participação de mercado, número de produtores, enraizamento territorial, reputação, notoriedade, etc. Contudo, o regulamento europeu CE 2081/92 (União Européia, 1992a) relacionava os produtos de origem com o desenvolvimento rural baseando-se em poucas evidências: efeitos econômicos positivos no emprego, valor adicionado e renda; coesão social e dinamismo nas comunidades rurais; preservação da cultura e patrimônio; e paisagem e contaminantes.

A ideia de círculo virtuoso e a multifuncionalidade derivam da constatação da retroalimentação e da interface com diversas atividades, ou da “cesta de bens”, com externalidades positivas, entre as quais há a provisão de bens coletivos e bens públicos. Contudo, ainda não havia evidências sistemáticas. A provisão desses bens, assim como dos serviços ambientais, depende de aspectos da organização da produção e econômica e da importância que a atividade dos produtos com selo de origem tem na economia local. Mas para que esse “desenvolvimento” ocorresse, o DOLPHINS aponta como objetivos específicos fazer recomendações às políticas de reconhecimento e proteção, de promoção oficial, de qualidade e certificação, e de desenvolvimento territorial. Adicionalmente, o DOLPHINS se atentou para se pautar numa visão prospectiva setorial antes de recomendar as políticas de apoio a essa estratégia de diferenciação com selo de origem (Sylvander, 2004).

Assim, o DOLPHINS identificou as principais características e arquétipos dos produtos com selo de origem, caracterizando a diversidade e estabelecendo uma tipologia de sistemas de produtos com selo de origem por meio da interação entre a análise SWOT e o tipo de governança (territorial setorial e corporativa) e a maturidade da evolução da IG. Para relacionar esses arquétipos com as políticas públicas, consideraram-se as incertezas sobre o futuro da evolução das políticas, para o estabelecimento de cenários com foco na regulação europeia de IG (União Européia, 1992a), na CAP, na OMC e outras políticas. A análise integrada dos cenários e dos arquétipos de IG possibilitou a análise ex ante de possíveis impactos e a formulação de recomendações.

A comprovação científica da relação entre IG e o desenvolvimento rural ainda era fraca. Alguns produtos de origem de regiões em desvantagem e marginais não precisavam necessariamente usar o reconhecimento e a proteção oficial, ou enfrentam dificuldades para alcançar o reconhecimento e o uso do selo em virtude dos custos de certificação e dos efeitos de exclusão de uma parcela de produtores. Portanto, Sylvander (2004) conclui que não é o selo de origem que estabelece as condições de desenvolvimento rural, mas seu processo de construção e a efetividade da estratégia de valorização. Em relação a isso, políticas de apoio apropriadas para certas condições e aplicadas de forma individualizada para cada território serão mais eficazes.

Os atores locais, os elos das cadeias produtivas e atores externos ao território buscam se aproveitar dos efeitos positivos gerados pelos produtos com selos de origem, tornando mais complexa a matriz de objetivos territoriais, bem como a estratégia de avaliação dos impactos, que deve ser multidimensional, observando o transbordamento territorial dos efeitos econômicos, o nível de participação dos atores na governança territorial, e a sustentabilidade.

Como recomendações, o DOLPHINS ressaltou as necessidades de estratégias bem instrumentalizadas de marketing e de promoção oficial. Primeiro, busca-se estabelecer bases fundamentadas de caracterização do diferencial do produto e sua relação com o território, ajudando os consumidores na distinção dos aspectos qualitativos que diferenciam o produto típico de origem daqueles convencionais concorrentes. Mesmo assim, será necessário criar mecanismos de governança para contrabalançar o poder das redes de varejo que capturam as externalidades geradas por esse entendimento da diferenciação por parte do consumidor e sua propensão ao pagamento do prêmio aos produtos com selo de origem. Segundo, objetiva-se criar bases sólidas de análise dos impactos dos selos de origem no desenvolvimento rural sustentável e na geração dos diversos bens públicos, para

que os objetivos das políticas sejam mais claramente especificados, bem como justifiquem o apoio direcionado às IGs. Esses instrumentos de análise deverão ser capazes de discriminar as diferenças de impacto na diversidade de condições de uso dos selos de produtos de origem (Sylvander, 2004).

SINER-GI

O tema teve continuação no projeto SINER-GI *Strengthening International Research on Geographical Indications*, com um conjunto de estudos de caso sobre a emergência de IG e a evolução dos sistemas de proteção em diversos países. O SINER-GI fez um inventário, analisando 60 estudos de casos de IG em diversos países, contrastando contextos, em que se identificou a variedade institucional da proteção de produtos de origem no mundo, em termos de evolução, abrangência de produtos, e sistemas de proteção (Allaire & Sautier, 2008). O projeto realizou 12 estudos de casos, para tratar da pluralidade de dimensões dos sistemas de GI: tecnologia e processo de qualificação do produto; estrutura de mercado; organização das políticas de apoio; as estruturas de propriedade e de governança; o patrimônio cultural, a biodiversidade e as paisagens; práticas agrícolas sustentáveis; a confiança dos consumidores; e o fortalecimento da agricultura familiar.

O debate com especialistas levou à identificação dos fatores mais relevantes: direitos de propriedade intelectual e processo de qualificação; comercialização e reputação; as justificativas de apoio às IGs (políticas voltadas aos regulamentos de comércio internacional, desenvolvimento regional, biodiversidade e patrimônio cultural); e impactos no desenvolvimento local.

Os estudos de impacto observaram os aspectos econômicos (acesso ao mercado, a estabilização/aumento de produção, preços prêmio, valor capturado pelos produtores locais), aspectos sociais (emprego local, mobilização de populações locais, capital humano e capacidades coletivas, valor cultural e patrimonial); e aspectos ambientais (conservação da biodiversidade, paisagens, criações extensivas, conservação dos recursos naturais) (Allaire & Sautier, 2008; Allaire, 2009).

Para a comparação entre os estudos, o projeto analisou o quadro jurídico-institucional e as trajetórias socioeconômicas, por meio do modelo DPSR (*driving forces*³⁷, *pressures*, *state*, *responses*), geralmente utilizado para indicadores do ambiente. As regras sanitárias aparecem como um aspecto importante, como um efeito esperado do potencial processo de reconhecimento de IG. O reconhecimento dos impactos resulta do envolvimento positivo dos *stakeholders*. Os impactos observados ou esperados dos sistemas de indicações geográficas estão relacionados, principalmente, a questões econômicas e sociais. Mas se preocupações econômicas forem as únicas razões para a implementação de IG, existem riscos críticos. Por exemplo: uma IG registrada pode levar a fortalecer o poder em favor do ator mais poderoso do sistema com consequências negativas para os pequenos produtores; e a delimitação das restrições geográficas e técnicas pode também ter efeitos negativos sobre a exclusão abusiva de certos produtores. Os custos de certificação adicionais podem também limitar os benefícios da proteção para os pequenos agricultores ou excluí-los completamente; e o prêmio sobre o preço pode ser recebido pelos atores fora da área. A IG pode ser uma oportunidade para estimular a adoção de ferramentas de gestão coletiva do patrimônio comum, incluindo conhecimento ou bens culturais envolvidos na construção de políticas e programas específicos de desenvolvimento rural (Allaire & Sautier, 2008; Allaire, 2009).

Houve contribuição para a formação dos profissionais que atuam na área por meio do Inter-GI, o qual se baseia em material gerado pelos resultados de pesquisa, como, por exemplo, o manual *Linking people, places and products* (Couillerot, 2011), produzido pelo projeto SINER-GI e pela FAO, a

³⁷ As forças motrizes são de vários tipos: disposições jurídicas/judiciais, especialmente em relação à conformidade de regulamentos nacionais com o ADPIC ou acordos regionais ou bilaterais, à conformidade dos canais de mercado com padrões sanitários usuais; conflitos na proteção de nomes e certificação ou controle; mudanças no regime de comércio internacional; políticas de reforma agrária; e as políticas não comerciais, especialmente a Convenção da Biodiversidade.

qual trata das etapas do ciclo virtuoso da IG, em que o papel das políticas públicas é reafirmado (Vandecandelaere et al., 2009). Estabelece-se, assim, uma rede internacional de profissionais que compartilham conceitos sobre IG.

Observatoire Economique National des Signes Officiels de la Qualité et de l'Origine

Criado em abril de 2017, o Observatório Econômico de Sinais Oficiais é um consórcio de seis instituições públicas envolvendo o INRA, a Agence Bio, FranceAgriMer, o Service de la Statistique et de la Prospective (SSP), a Direction Générale de la Performance Economique et Environnementale des Entreprises (DGPE), o Ministério da Agricultura e o Institute National de l'Origine et la Qualité (INAO).

O observatório visa criar conhecimento sobre o desempenho econômico dos sinais distintivos de qualidade e origem oficiais, por meio de estudos sobre a importância econômica (volume e valor econômico), a criação de valor e diferenciação (preço prêmio), e valor adicionado e externalidades, tanto em escala nacional como regional. Os estudos se baseiam inicialmente nos dados levantados anualmente por meio dos Organismos de Defesa e Gestão (ODG) das IGs, focando nas cadeias de diversos segmentos para produzir informes georreferenciados. Os dados fornecidos anualmente pelos ODG incluem o nome de participantes da IG, volume comercializado, valor monetário de negócios e percentual exportado. O sistema de coleta conta com parcerias locais (câmaras de agricultura, conselhos regionais, etc.), e a escala de cadeia de produção ocorre por meio da parceria do INAO com as federações de produtores, por exemplo, de produtos de origem animal: Fil Rouge, SYNALAF e CNAOL.

O funcionamento do observatório é baseado no compartilhamento de dados disponíveis entre as instituições parceiras. Sua governança repousa num comitê colegiado para o qual são submetidos os projetos de estudos e análises. A estrutura de funcionamento é regionalizada (Auvergne Rhône-Alpes, Occitanie, Bourgogne FrancheComté, Pays de la Loire et Grand Est), com parcerias locais (Ministério da Agricultura, institutos regionais da qualidade).

Outra iniciativa que viabiliza a análise do desempenho nacional e regional é o Observatório do Desenvolvimento Rural (ODR) do INRA em Toulouse, que trata os dados fornecidos pelos Organismos Certificadores que servem para atualizar a base do INAO de produtores certificados, o que alimenta a base de dados OT-SIQO (Observatoire Territorial des Signes officiels de la Qualité et l'Origine), que permite georreferenciar dados dos produtores certificados ou que utilizam selos de origem, bem como circunscrever as áreas de IG e seus dados econômicos. Desse modo, a vetorização dos dados espaciais das IGs foi etapa essencial para possibilitar o tratamento dos dados econômicos georreferenciados. Essa parceria entre o INRA e o INAO por meio de convênio foi renovada em 2017 e assume importância, pois, entre outras atribuições, a comissão de economia do Conselho Permanente do INAO analisa a viabilidade técnica e econômica das propostas dos ODG de criação ou modificação das regras nos Regulamentos de Uso (*cahiers des charges*) das IG, bem como os impactos dessa evolução.

SÍNTESE DAS CONTRIBUIÇÕES DO INRA AOS DOMÍNIOS INSTITUCIONAIS DA IG

Por meio da análise dos resultados dos projetos e suas implicações em diversos níveis de análise institucional, podemos propor um conjunto de domínios institucionais da IG para fins de análise da evolução da IG e sua relação com a contribuição da pesquisa agropecuária.

Os projetos AIP, PDO-PGI e ANR PRODDIG tratam da evolução do conhecimento do consumidor, critérios e métricas de qualidade e a importância da qualidade específica do local de origem para a sustentação da vantagem competitiva, o que remete ao domínio da **Reputação e tipicidade dos**

produtos de origem. Nos processos de qualificação, os conceitos sobre IG (como terroir e tipicidade) foram codificados com os técnicos do INAO. A demonstração da mensurabilidade dos atributos de qualidade e o reconhecimento destes por diferentes tipos de consumidores foram estudados. Em nível internacional, o projeto SINER-GI estuda legislações de proteção de IG em diversos países. Essas contribuições suscitam circunscrição do domínio institucional da **Proteção dos selos de origem.** A melhoria do sistema de controle tratado pelo projeto PDO-PGI e pelo programa INRA-INAO implica o domínio institucional, que vamos chamar de **Sistemas de controle e fiscalização dos produtos de origem.** Projetos que visam caracterizar os mecanismos de coordenação, geração e apropriação do valor para identificação do desempenho e seus fatores nas IGs, como o PDO-PGI, o SINER-GI e o Observatoire Économique, nos levam a identificar o domínio institucional da **Organização econômica, produtiva e da cadeia de valor.** As interfaces com questões de regulação, normativos dos segmentos da agricultura e alimentação como regulamentos de sanidade em função dos produtos tradicionais que não se enquadram nas regulamentações de viés industrial, bem como questões ambientais e a política de qualidade, são tratados não somente pelo projeto AIP, mas especialmente pelo eixo da regulação e interfaces intersetoriais do projeto ANR PRODDIG, que chamaremos de domínio institucional **Quadro regulatório genérico.** Todos os projetos têm preocupações relacionadas aos questionamentos e se antecipam aos acordos internacionais para a sustentação das regras, provendo a harmonização e difusão de conceitos, para as quais redes de pesquisa confrontam argumentos e capacitam comunidades de profissionais voltados à questão nas IGs. O domínio é mais estudado pelo projeto DOLPHINS, e recebe contribuições do SINER-GI voltadas à capacitação de recursos humanos, de forma que é indispensável delimitar o domínio institucional **Acordos internacionais.**

A criação de mecanismos de governança para as iniciativas de desenvolvimento de base territorial tem grande importância, mais enfatizada pelos projetos no programa PSDR e no projeto SINER-GI, o que nomeamos de domínio institucional **Ação pública de desenvolvimento local.** O suporte tecnológico nos processos de qualificação para o reconhecimento de IG pode ser circunscrito no que se refere: à comprovação da relação entre qualidade e origem, à caracterização da tipicidade e da delimitação do território com reputação, às práticas de produção e de especificação do Regulamento de Uso, e à adequação às normas sanitárias e ambientais. Nos projetos estudados, pouca ênfase foi dada a esse papel do INRA, mas os instrumentos de viabilização dessa parceria tecnológica no sistema de inovação são de grande importância para países em desenvolvimento, uma seara que podemos chamar de domínio institucional **Instituições de suporte tecnológico.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tratou da contribuição e do papel da pesquisa agropecuária no apoio às Indicações Geográficas como um caso de inovação institucional, organizacional e de mercado. A evolução da IG e sua relação com a pesquisa agropecuária é tomada como caso, com o propósito de discutir os caminhos dessa dinâmica de inovação, a qual tem crescente importância na discussão de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, associada à abordagem territorial, públicos-alvo heterogêneos e novas vinculações locais. A análise empírica buscou identificar a evolução e o tipo de conhecimento gerado pela pesquisa agropecuária que contribuem aos fatores de desempenho dos domínios institucionais relacionados às Indicações Geográficas. O estudo de caso traz evidências cujos resultados mostram interações da pesquisa com diversos processos de evolução dos domínios institucionais da IG.

O caso do INRA, na França, onde a IG tem longo percurso, foi emblemático para respaldar a síntese do quadro analítico que identifica papéis e funções da pesquisa agropecuária no processo de inovação. As evidências dos projetos mostram inserção em todos os domínios institucionais discutidos. Essa inserção segue um padrão de produção de CT&I no qual há interação com o público-alvo, dentro de uma estratégia de desenvolvimento institucional bastante qualificada e estratégica, na qual a demanda se expressa de forma a antecipar desdobramentos. As transformações do sistema

de inovação agropecuária francês em consolidação e mais conectado, bem como as preocupações da Comissão Europeia com a política de qualidade agroalimentar, formam um contexto favorável para a trajetória do INRA. Este pôde aproveitar oportunidades em agendas regionais, nacionais e internacionais, pois estabeleceu conexões e competências para compreender a natureza da dinâmica dos negócios orientados pela qualidade, podendo assim contribuir para as políticas públicas, aspectos regulatórios e o desenvolvimento das cadeias agroalimentares, bem como para o desenvolvimento local, em que o papel das ciências sociais aplicadas foi crucial.

As constatações levam à proposição de que as organizações públicas de pesquisa agropecuária podem se tornar capazes de acompanhar, promover e desenvolver inovações institucionais, incorporando competências e práticas nos níveis estratégico, tático e operacional.

A economia da evolução das instituições, aplicada ao desenvolvimento de IG, visando à análise empírica de como organizações de pesquisa vêm lidando com esse tema, em diversos domínios, mostra que a produção de conhecimento científico tem papel fundamental na construção e evolução das instituições. Isso ocorre por meio da tradução ou codificação do conhecimento (neste caso, sobre o processo produtivo e sua interação com o meio geográfico) e de normas compartilhadas (em que tipicidade, qualidade e a relação com a origem são centrais), visando produzir evidências científicas que sustentam a proposição de regras genéricas (regulamentos, legislações, políticas públicas, acordos internacionais). Tais regras fundamentadas possibilitam estabilizar expectativas mútuas, manter o valor das transações, bem como atrair novos adeptos em virtude da menor assimetria de informação.

Observou-se que a contribuição de instituições de pesquisa para Indicações Geográficas tem impacto na competitividade e no desenvolvimento territorial, por meio da identificação de fatores críticos que vão além do mero reconhecimento e proteção legal da reputação, mas inclui a tradução da tipicidade, da relação com o meio geográfico e da percepção do consumidor, o desenho da governança do controle e da acreditação, a análise das estratégias de gestão da IG e da coordenação da cadeia de produção, bem como a identificação dos mecanismos de impacto no desenvolvimento.

Recomenda-se o aprofundamento da pesquisa no estudo da evolução das instituições relacionadas às IGs, das contribuições da pesquisa agropecuária, e o desenvolvimento do monitoramento de indicadores de evolução dos domínios institucionais e do desempenho das IG em diversos níveis de agregação, bem como dos impactos gerados nos territórios. Novos casos de interações da pesquisa agropecuária com outros sinais de qualidade devem ser analisados visando circunscrever domínios institucionais e compará-los aos aqui propostos, visando à construção de um marco analítico abrangente e objetivo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é derivado de tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica no DPCT-IG-Unicamp e foi desenvolvido por meio da bolsa sanduíche do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDSE) financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no programa de afastamento para pós-graduação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os autores agradecem ao Frédéric Wallet da UMR SAD APT (Agroparistech-INRA) pelas sugestões.

REFERÊNCIAS

AFNOR. Association Française de Normalisation. **NF EN 45011 Décembre 1989**. Critères généraux concernant les organismes de certification procédant à la certification des produits. 1989. Disponível em: <<https://www.boutique.afnor.org/norme/nf-en-45011/criteres-generaux-concernant-les-organismes-de-certification-procedant-a-la-certification-des-produits/article/894437/fa018558>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

- ALLAIRE, G. Diversité des Indications Géographiques et positionnement dans le nouveau régime de commerce international. In: TEKELIOGLU, Y.; ILBERT, H.; TOZANLI, S. (Ed.). **Les produits de terroir, les indications géographiques et le développement local durable des pays méditerranéens**. Montpellier: CIHEAM, 2009. p.53-65. (Options Méditerranéennes: Série A. Séminaires Méditerranéens, n.89).
- ALLAIRE, G.; SAUTIER, D. Siner-GI case studies: objectives and methodology of comparative analysis. In: SHARING VIEWS ON QUALITY PRODUCTS LINKED TO GEOGRAPHICAL ORIGIN AND THEIR CONTRIBUTION TO RURAL DEVELOPMENT, 2008, Rome. **Meeting Proceedings**. Rome: FAO, 2008.
- ALLAIRE, G.; SYLVANDER, B. Globalization and geographical indications. In: BARHAM, E.; SYLVANDER, B. (Ed.). **Labels of origin for food local development global recognition**. Oxfordshire: CABI, 2011. p.106-121.
- AOKI, M. Endogenizing institutions and institutional changes. **Journal of Institutional Economics**, v.3, p.1-31, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1744137406000531>.
- BARJOLLE, D.; CHAPPUIS, J.-M.; DUFOUR, M. Competitive position of some PDO cheeses on their own reference market: identification of the key success factor. In: EUROPEAN ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMICS SEMINAR, 67., 1999, Le Mans. **The Socio-Economics of Origin Labelled Products: Spatial, Institutional and Co-Ordination Aspects: proceedings**. Paris: EAAE, 2000. p.13-34. Editors Beril Sylvander, Dominique Barjolle and Filippo Arfini. (Économie et sociologie rurales. Actes et Communications, n° 17-2). Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=CukDTePZ7HQC&lpg=PA1&hl=pt-BR&pg=PA13#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- BARJOLLE, D.; CHAPPUIS, J.-M.; SYLVANDER, B. From individual competitiveness to collective effectiveness in PDO systems. In: EUROPEAN ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMICS SEMINAR, 59., 1998, The Hague. **Competitiveness: does economic theory contribute to a better understanding of competitiveness?** [Paris]: EAAE, 1998 6p. Disponível em: <<https://food.origin-for-sustainability.org/pdf/partners/bs-avril98.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- BARJOLLE, D.; PAUS, M.; PERRET, A. Impacts of Geographical Indications Review of Methods and Empirical Evidences. In: INTERNATIONAL ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS CONFERENCE, 27., 2009, Beijing. [Anais]. [Milwaukee: IAAE], 2009. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/51737/2/PaperIAAE2009_85.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.
- BARJOLLE, D.; SYLVANDER, B. **Protected Designations of Origin and Protected Geographical Indications in Europe: Regulation or Policy?** [S.l.]: European Commission, 2000. PDO and PGI Products: Market, Supply Chains and Institutions: Fair 1 - CT 95-0306. Final Report. Disponível em: <<http://www.origin-food.org/pdf/pdo-pgi.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- BARJOLLE, D.; SYLVANDER, B. Some Factors of Success for Origin Labelled Products in Agri-Food Supply Chains in Europe: Market, Internal Resources and Institutions. **Économies et Sociétés, Cahiers de l'ISMEA. Série Systèmes agroalimentaires**, v.25, p.1441-1461, 2002.
- BARJOLLE, D.; SYLVANDER, B.; THÉVENOD-MOTTET, E. Public policies and geographical indications. In: BARHAM, E.; SYLVANDER, B. (Ed.). **Labels of origin for food: local development global recognition**. Oxfordshire: CABI, 2011. p.92-105.
- BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A.; PAUS, M.; REVIRON, S.; DEPPELER, A.; STAMM, H.; THÉVENOD-MOTTET, E. **The Effects of Protecting Geographical Indications: Ways and Means of their Evaluation**. 2nd ed. rev. Bern: Swiss Federal Institute of Intellectual Property, 2011.
- BÉRARD, L.; MARCHENAY, P.; FRANÇOIS, C. Savoirs, terroirs, produits: un patrimoine biologique et culturel. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE RESTITUTION DES TRAVAUX DE RECHERCHE SUR LES INDICATIONS ET APPELLATIONS D'ORIGINE GÉOGRAPHIQUES, 2005, Paris. **Produits agricoles et alimentaires d'origine: enjeux et acquis scientifiques: actes**. Paris: INRA: INAO, 2008. p.98-105. Coordination scientifique Bertil Sylvander, François Casabianca, François Roncin. Disponível em: <<http://prodinra.inra.fr/ft?id=%7BA7E7341E-F9D3-450E-926C-FD2282775495%7D>>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- BOIFFIN, J.; HUBERT, B.; DURAND, N. **Agriculture et Développement Durable: Enjeux et questions de recherche**. Paris: INRA, 2004.
- BOWEN, S. Embedding Local Places in Global Spaces: Geographical Indications as a Territorial Development Strategy. **Rural Sociology**, v.75, p.209-243, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.2009.00007.x>.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. **The Evolution of Strong Reciprocity**. Amherst: University of Massachusetts, 2000. (Economics Department Working Paper Series. Paper 85). Disponível em: <http://www.umass.edu/economics/publications/econ2000_05.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2012.
- BRAMLEY, C. A review of the socio-economic impact of geographical indications: considerations for the developing world. In: WORLDWIDE SYMPOSIUM ON GEOGRAPHICAL INDICATIONS, 2011, Peru. [Proceedings]. Lima: WIPO, 2011. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/mdocs/geoind/en/wipo_geo_lim_11/wipo_geo_lim_11_9.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- BROUSSEAU, E.; RAYNAUD, E. "Climbing the hierarchical ladders of rules": A life-cycle theory of institutional evolution. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v.79, p.65-79, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2011.01.027>.
- BUREAU, J.-C.; VALCESCHINI, E. European Food-Labeling Policy: Successes and Limitations. **Journal of Food Distribution Research**, v.34, p.70-76, 2003.
- CAMPBELL, J.L. **Institutional change and globalization**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

- CASABIANCA, F. Projet PRODDIG Promotion du développement durable par les indications géographiques. In: FORUM CITOYEN MONDIAL, 2011, Dakar. [Anais]. Dakar: INRA, 2011. Disponível em: <http://fres.univ-corse.fr/IMG/pdf/PRODDIG_pour_FRES.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- CASABIANCA, F. **Promotion du Développement Durable par les Indications Géographiques (PRODDIG)**. Corte: INRA-LRDE, 2009. Rapport de synthèse. Disponível em: <http://www.corte.inra.fr/lrde2/images/files/PRODDIG_Rapport_Scientifique.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- CASABIANCA, F.; LETABLIER, M.-T. Normalization et gestion du vivant. In: CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **La qualité dans l'agro-alimentaire: émergence d'un champ de recherches**. Paris: INRA-SAD, 1996. p.20-25. AIP Construction Sociale de la Qualité. Rapport final INRA-SAD.
- CASABIANCA, F.; SYLVANDER, B.; NOËL, Y.; BÉRANGER, C.; COULON, J.B.; RONCIN, F.; FLUTET, G.; GIRAUD, G. Terroir e tipicidade: dois conceitos-chave para as Indicações Geográficas. In: NIEDERLE, P.A. (Ed.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013. p.201-226.
- CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **La qualité dans l'agro-alimentaire: émergence d'un champ de recherches**. Paris: INRA-SAD, 1996. AIP Construction Sociale de la Qualité. Rapport final INRA-SAD.
- CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, v.8, p.277-299, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p277>.
- CERDAN, C.; SAUTIER, D. Réseau localisé d'entreprises et dynamiques territoriale. Le bassin latier de Gloria (Nordeste Brésil). **Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement**, v.32, p.131-144, 2001. Disponível em: <<https://prodinra.inra.fr/ft?id={1E77053A-E915-40D1-9F22-91F029C7C12A}>>>. Acesso em: 18 maio 2014.
- CHAPPUIS, J.-M.; SANS, P. Actors co-ordination: governance structures and institutions in supply chains of protected designation of origin. In: EUROPEAN ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMICS SEMINAR, 67., 1999, Le Mans. **The Socio-Economics of Origin Labelled Products: Spatial, Institutional and Co-Ordination Aspects: proceedings**. Paris: EAAE, 2000. p.51-66. Editors Beril Sylvander, Dominique Barjolle and Filippo Arfini. (Économie et sociologie rurales. Actes et Communications, n° 17-2). Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/record/241289/files/Chappuis%20and%20Sans%20_1999_%20Actors%20co-ordination_%20governance%20structures%20and%20institutions%20in%20supply%20chains%20of%20protected%20designations%20of%20origin.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- COUILLEROT, C. **InterGI6 Report 2011**. Montpellier: REED, 2011. Disponível em: <http://www.intergi.org/content/download/4317/96241/version/1/file/Report_interGI6.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- DELFOSE, C.; AUDIOT, A.; BÉRARD, L.; DUBEUF, B.; LE BAIL, M.; ROUQUETTE, J.L. Qualité, liens au lieu et développement local. In: CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **La qualité dans l'agro-alimentaire: émergence d'un champ de recherches**. Paris: INRA-SAD, 1996. p.144-146. AIP Construction Sociale de la Qualité. Rapport final INRA-SAD.
- DEWES, M. de F.; WUNSCH, N.; BRUCH, K.L.; FEDERIZZI, L.C.; DEWES, H. A ciência do agronegócio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA, E.C.; PROTIL, R.M.; LIMA, A.L.R. (Ed.). **A contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2013. p.144-146.
- DODET, M.; OLLAGNON, M. **D1.3 Country Report: Overview on the research system and research programmes on Mediterranean agriculture: France**. [S.l.]: ARIMNET, 2010. Disponível em: <http://www.arimnet2.net/delivrables_arimnet/ARIMNet%20country%20report_FRANCE1010%20MDMO%20final4.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015.
- EUROPEAN UNION. Standing Committee on Agricultural Research. **Agricultural Knowledge and Innovation Systems in Transition – a reflection paper**. Brussels, 2012. DOI: <https://doi.org/10.2777/34991>.
- FERNÁNDEZ-BARCALA, M.; GONZÁLEZ-DÍAZ, M.; RAYNAUD, E. Contrasting the governance of supply chains with and without geographical indications: complementarity between levels. **Supply Chain Management: An International Journal**, v.22, p.305-320, 2017. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/SCM-05-2016-0161>>. Acesso em: 3 jul. 2017.
- FRANÇA. Décret n° 2006-1154 du 15 septembre 2006 portant application de l'article 91 de la loi n° 2006-11 du 5 janvier 2006 d'orientation agricole et modifiant le code rural. **Journal Officiel de la République Française**, n°215 du 16 septembre 2006a. Page 13650, texte n°33. NOR: AGRE0601026D. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/eli/decret/2006/9/15/AGRE0601026D/jo/texte>>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- FRANÇA. Décret n° 2014-1441 du 3 décembre 2014 modifiant le décret n° 84-430 du 5 juin 1984 portant organisation et fonctionnement de l'Institut de recherche pour le développement. **Journal Officiel de la République Française**, n°0281 du 5 décembre 2014. Page 20291, texte n°11. NOR: MENR1418866D. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/eli/decret/2014/12/3/MENR1418866D/jo/texte>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- FRANÇA. LOI de programme n° 2006-450 du 18 avril 2006 pour la recherche. **Journal Officiel de la République Française**, n°92 du 19 avril 2006b. Page 5820, texte n°2. NOR: MENX0500251L. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/eli/loi/2006/4/18/MENX0500251L/jo/texte>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

FRANÇA. **Loi du 1er juillet 1901 relative au contrat d'association**. 1901. Texte consolidé. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006069570>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

FRONZAGLIA, T. **O papel da pesquisa agropecuária nas inovações organizacionais na agricultura: o caso das indicações geográficas**. 2015. 290p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286551>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

GIOVANNUCCI, D.; JOSLING, T.; KERR, W.; O'CONNOR, B.; YEUNG, M.T. **Guide to Geographical Indications: Linking products and their origins**. Geneva: International Trade Centre, 2009.

GOLLO, S.S.; PEDROZO, E.A. **Análise das inovações numa perspectiva de processo interativo: estudo de caso da indicação de procedência Vale dos Vinhedos - Serra Gaúcha/RS**. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 24., 2006, Gramado. **Anais**. Gramado: ANPAD, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=5&cod_evento_edicao=19&cod_edicao_subsecao=162&cod_edicao_trabalho=6475>. Acesso em: 17 fev. 2019.

GREIF, A. Cultural beliefs and the organization of society: a historical and theoretical reflection on collectivist and individualist societies. **Journal of Political Economy**, v.102, p.912-950, 1994.

GREIF, A.; KINGSTON, C. Institutions: Rules or Equilibria? In: SCHOFIELD, N.; CABALLERO, G. (Ed.). **Political Economy of Institutions, Democracy and Voting**. Heidelberg: Springer, 2011. p.13-43. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-642-19519-8_2.

HODGSON, G.M. What are Institutions? **Journal of Economic Issues**, v.40, p.1-25, 2006.

INAO. Institut National de l'Origine et de la Qualité. **AOP-AOC**. Disponível em: <<https://www.inao.gouv.fr/Les-signes-officiels-de-la-qualite-et-de-l-origine-SIQO/Appellation-d-origine-protégée-Appellation-d-origine-controlée>>. Acesso em: 3 nov. 2018a.

INAO. Institut National de l'Origine et de la Qualité. **Indication géographique protégée**. Disponível em: <<https://www.inao.gouv.fr/Les-signes-officiels-de-la-qualite-et-de-l-origine-SIQO/Indication-geographique-protégée>>. Acesso em: 3 nov. 2018b.

INAO. Institut National de l'Origine et de la Qualité. **Rapport d'activité 2017**. Paris, 2018c. 28p. Disponível em: <https://www.inao.gouv.fr/content/download/2541/24224/version/1/file/RA2017_INAO_web-pages.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

INRA. **Rapport d'auto-évaluation 2009**. Paris: INRA, 2009. Disponível em: <<http://inra.dam.front.pad.brainsonic.com/ressources/afile/224906-6264e-resource-rapport-d-auto-evaluation-fr.html>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

JOSLING, T. The War on Terroir: Geographical Indications as a Transatlantic Trade Conflict. **Journal of Agricultural Economics**, v.57, p.337-363, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-9552.2006.00075.x>.

MALERBA, F.; ORSENIGO, L. Technological regimes and firm behavior. In: DOSI, G.; MALERBA, F. (Ed.). **Organization and Strategy in the Evolution of the Enterprise**. London: MacMillan, 1996. p.42-71.

MATT, M.; GAUNAND, A.; JOLY, P.-B.; COLINET, L. Opening the black box of impact – Ideal-type impact pathways in a public agricultural research organization. **Research Policy**, v.46, p.207-218, 2017.

MAZÉ, A.; LETABLIER, M.-T.; VALCESCHINI, E. Les bases institutionnelles. In: CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **La qualité dans l'agro-alimentaire: émergence d'un champ de recherches**. Paris: INRA-SAD, 1996. p.212-306. AIP Construction Sociale de la Qualité. Rapport final INRA-SAD.

MELLO, L.M.R. de; ZACKIEWICZ, M.; BEZERRA, L.M.C.; TONIETTO, J.; BEAULIEU, C.M.G.; CAETANO, S.F. **Metodologia de avaliação de impactos econômicos, sociais e ambientais para Indicações Geográficas: o caso do Vale dos Vinhedos**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2014. 72p. (Embrapa Uva e Vinho. Documentos, 91).

MENDELSON, R.; WOOD, Z. **Geographical Indications in the United States: Developing a Preliminary List of Qualifying Product Names**. 2013. Disponível em: <https://www.origin-gi.com/images/stories/PDFs/English/papers/Geographical_Indications_in_the_United_States_-_Supporting_Memo_FINAL_WEB.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

NIEDERLE, P.A. Controvérsias sobre a noção de Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações: anais**. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/35.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

OLLAGNON, M.; TOUZARD, J.-M. **Indications géographiques et développement durable: Enquête nationale sur les actions des organisations de gestion locale des Indications Géographiques**. Montpellier: ANR, PRODDIG, 2007. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/272444703>>. Acesso em: 2 dec. 2014.

- OSTROM, E. **Governing the Commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, v.261, p.37-49, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217>. Acesso em: 28 out. 2014.
- PRODDIG. **Promotion du développement durable par les indications géographiques**: volet consommation de produits sous IG. Lempdes: Ecole Nationale de l'Enseignement Supérieur Agronomique, Département Qualité et Economie Alimentaire, 2008. Disponível em: <http://urcalityss.vetagro-sup.fr/wp-content/uploads/2012/01/plaquette_proddig_final.pdf>. Acesso em: 2 dec. 2014.
- PRODINRA: Archive ouverte des productions de l'INRA. Disponível em: <<https://prodinra.inra.fr>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- PROFETA, A.; BALLING, R.; SCHOENE, V.; WIRSIG, A. The Protection of Origins for Agricultural Products and Foods in Europe: Status Quo, Problems and Policy Recommendations for the Green Book. **The Journal of World Intellectual Property**, v.12, p.622-648, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-1796.2009.00380.xr2009>.
- RAUSTIALA, K.; MUNZER, S.R. The Global Struggle over Geographic Indications. **European Journal of International Law**, v.18, p.337-365, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1093/ejil/chm016>.
- RAYNAUD, E.; SAUVÉE, L. Signes collectifs de qualité et structures de gouvernance. **Économie Rurale**, v.258, p.101-112, 2000. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2000_num_258_1_5197>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- RAYNAUD, E.; SAUVÉE, L.; VALCESCHINI, E. Aligning branding strategies and governance of vertical transactions in agri-food chains. **Industrial and Corporate Change**, v.18, p.835-868, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1093/icc/dtp026>.
- RÉVIRON, S.; CHAPPUIS, J.-M. Geographical indications: collective organization and management. In: BARHAM, E.; SYLVANDER, B. (Ed.). **Labels of origin for food local development global recognition**. Oxfordshire: CABI, 2011. p.45-62. Disponível em: <<https://www.cabi.org/bookshop/book/9781845933524>>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- REVIRON, S.; THEVENOD-MOTTET, E.; EL BENNI, N. **Geographical indications**: creation and distribution of economic value in developing countries. Zurich: NCCR, 2009. (NCCR. Working Papers, n. 2009/14).
- SAUTIER, D.; BIÉNABE, E.; CERDAN, C. Geographical indications in developing countries: the potential and the issues at stake. In: BARHAM, E.; SYLVANDER, B. (Ed.). **Labels of origin for food: local development global recognition**. Oxfordshire: CABI, 2011. p.138-153.
- SAUVEUR, B. Politique régionale de la recherche agronomique en France: Historique et situation présente à l'INRA. In: Plaza, P. (Ed.). **Regionalisation of agricultural research in the Mediterranean and Near-East countries**. Montpellier: CIHEAM, 1998. p.97-107. (Cahiers Options Méditerranéennes, n.32).
- SCHEFFER, S.; SYLVANDER, B. **The effects of institutional changes on qualification processes**: a survey at the french Institute for Denomination of Origins (INAO). In: EUROPEAN ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS SEMINAR, 52., 1997, Parma. **Typical and traditional productions**: Rural effect and agro-industrial problems. Parma: EAAE, 1997. p.463-478. Disponível em: <http://www.origin-food.org/pdf/eaae9727_schesylv.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.
- SCHMIDT, C.M.; SAES, M.S.M.; MONTEIRO, G.F. de Á. Value creation and value appropriation in networks: an empirical analysis of the role of geographical indication in the wine industry in Vale dos Vinhedos, RS, Brazil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.16, p.343-362, 2014.
- SYLVANDER, B. **WP 7**: Final Report: Synthesis and recommendations (Deliverable 8). [S.l.]: DOLPHINS, 2004. DOLPHINS (Development of Origin Labelled Products: Humanity, Innovation and Sustainability). Disponível em: <http://www.origin-food.org/pdf/wp7/dol_d8.pdf>. Acesso em: 3 maio 2013.
- TEECE, D.J. Business models, business strategy and innovation. **Long Range Planning**, v.43, p.172-194, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2009.07.003>.
- TEIL, G. Etude bibliométrique. In: CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **La qualité dans l'agro-alimentaire**: émergence d'un champ de recherches. Paris: INRA-SAD, 1996a. p.324-344. AIP Construction Sociale de la Qualité. Rapport final INRA-SAD.
- TEIL, G. Le goût et les goûts dans l'évaluation de la qualité des produits agro-alimentaires. In: CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **La qualité dans l'agro-alimentaire**: émergence d'un champ de recherches. Paris: INRA-SAD, 1996b. p.42-52. AIP Construction Sociale de la Qualité. Rapport final INRA-SAD.
- TEIL, G. Protecting Appellations of Origin: One Hundred Years of Efforts and Debates. In: CAENEGEM, W. van; CLEARY, J. (Ed.). **The Importance of Place**: Geographical Indications as a Tool for Local and Regional Development. Cham: Springer, 2017. Chapter 6, p.147-171. (Ius Gentium: Comparative Perspectives on Law and Justice, 58). DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-53073-4_6.
- TEIL, G. The French Wine "Appellations d'Origine Contrôlée" and the Virtues of Suspicion. **The Journal of World Intellectual Property**, v.13, p.253-274, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-1796.2009.00353.x>.

TEUBER, R. Geographical Indications of Origin as a Tool of Product Differentiation: The Case of Coffee. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v.22, p.277-298, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/08974431003641612>.

TORRE, A.; WALLET, F. The intriguing question of regional and territorial development in rural areas: analytical variations and public policies. In: EUROPEAN CONGRESS OF THE REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION INTERNATIONAL, 51.; SPANISH REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION CONFERENCE, 37., 2011, Barcelona. **New Challenges for European Regions and Urban Areas in a Globalised World**: anais. Barcelona: ERSA, 2011. 26p. Disponível em: <https://prodinra.inra.fr/record/191130>. Acesso em: 8 jul. 2017.

TOUZARD, J.-M. Innovation systems and the competition between regional vineyards. In: INNOVATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN AGRICULTURE AND FOOD CONFERENCE, 2010, Montpellier. **Proceedings**. Montpellier: ISDA, 2010. Disponível em: <http://prodinra.inra.fr/ft?id=%7BF67DBE0A-7342-4810-A502-4415DAA39559%7D&recordId=36922>. Acesso em: 2 nov. 2014.

UNIÃO EUROPEIA. Council Regulation (EC) n° 1234/2007 of 22 October 2007 establishing a common organisation of agricultural markets and on specific provisions for certain agricultural products (Single CMO Regulation). **Official Journal of the European Union**, n° L 299, p.1-149, 16 Nov. 2007. Disponível em: <https://publications.europa.eu/s/ktgv>. Acesso em: 17 fev. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n° 509/2006 do Conselho, de 20 de Março de 2006, relativo às especialidades tradicionais garantidas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, n° L 93, p.9-14, 31 mar. 2006a. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/91fee5e8-c592-44c1-89b9-2793f3d67262/language-pt>. Acesso em: 17 fev. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n° 510/2006 do Conselho, de 20 de Março de 2006, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, n° L 93, p.9-14, 31 mar. 2006b. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:32006R0510>. Acesso em: 17 fev. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CEE) n° 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, n° L 208, p.1-8, 24 jul. 1992a. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/7332311d-d47d-4d9b-927e-d953fbc79685/language-pt>. Acesso em: 17 fev. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CEE) n° 2082/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo aos certificados de especificidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, n° L 208, p.9-14, 24 jul. 1992b. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/a109261e-f10f-4710-a609-5d4a0a282252/language-pt>. Acesso em: 17 fev. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Regulation (EU) n° 1151/2012 of the European Parliament and of the Council, of 21 November 2012 on quality schemes for agricultural products and foodstuffs. **Official Journal of the European Union**, n° L 343, p.1-29, 14 dez. 2012. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/8917d52e-4432-11e2-9b3b-01aa75ed71a1/language-en>. Acesso em: 17 fev. 2019.

VALCESCHINI, E.; BÉRARD, L.; DE SAINTE MARIE, C.; SYLVANDER, B. Les représentations de la qualité à travers les dispositifs juridiques. In: CASABIANCA, F.; VALCESCHINI, E. (Ed.). **La qualité dans l'agro-alimentaire**: émergence d'un champ de recherches. Paris: INRA-SAD, 1996. p.84-87. AIP Construction Sociale de la Qualité. Rapport final INRA-SAD.

VANDECANDELAERE, E.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. (Ed.). **Linking people, places and products**: A guide for promoting quality linked to geographical origin and sustainable Geographical Indications. 2nd ed. Rome: FAO: Siner-GI, 2009.

VANDECANDELAERE, E.; TEYSSIER, C.; BARJOLLE, D.; JEANNEAUX, P.; FOURNIER, S.; BEUCHERIE, O. **Strengthening sustainable food systems through geographical indications**: an analysis of economic impacts. Rome: FAO, 2018.